解析中国

Jiexi Zhongguo

伊比利亚美洲 对中国的分析与思考

Análisis y Pensamiento Iberoamericano sobre China

www.politica-china.org | 8º | Tercer trimestre 2013



- **A relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa**
  por Carmen Amado Mendes
- **China, la gran perjudicada por la inestabilidad en Corea**
  por Carlos Blanco
- **Influência do Soft Power chinês nos negócios**
  por Anabela Rodrigues Santiago
- **Relaciones chino-latinoamericanas a inicios de la segunda década del siglo XXI**
  por Eduardo Daniel Oviedo
- **A Dragon in Latin Lands**
  por Alfredo Toro Hardy
- **Xi Jinping: acortando distancias gracias al "sueño chino"**
  por Víctor Alejandro Godoy

Observatorio de la Política China

www.politica-china.org

Tercer trimestre 2013

Dirección:
Xulio Ríos

Lugar de edición:
Baiona (Pontevedra), España

Editor:
Observatorio de la Política China.

Maquetación:
Breogán Xuncal Pereira

ISSN:
2253-945X

En el área iberoamericana, diferentes centros y personas vienen desarrollando desde hace años una ardua labor de seguimiento y análisis de la realidad china. El momento actual parece propicio para activar sinergias que permitan una mayor visibilidad de dicho trabajo, de forma que pueda ponerse en valor esa trayectoria y aflorar un discurso propio en nuestro ámbito político-cultural sobre los cambios en el mundo chino y sus implicaciones regionales y globales.

Jiexi Zhongguo es una iniciativa del Observatorio de la Política China (www.politica-china.org)

Índice

4 **A relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa**, por Carmen Amado Mendes. Publicado en NAÇÃO E DEFESA Nº134 – ÁSIA-PACÍFICO

18 **China, la gran perjudicada por la inestabilidad en Corea**, por Carlos Blanco. Publicado en: http://www.opensocietyonline.com/index.php/es/temas/item/222-china-corea.html (fecha de consulta: 18 de Mayo de 2013)

21 **Influência do Soft Power chinês nos negócios**, por Anabela Rodrigues Santiago. Publicado em Observatorio de la Política China: http://www.politica-china.org/novas.php?clase=21 (Fecha de consulta: 14 de junio de 2013)

24 **Relaciones chino-latinoamericanas a inicios de la segunda década del siglo XXI**, por Eduardo Daniel Oviedo. Publicado en STAHRINGER DE CARAMUTI, Ofelia (directora), MERCOSUR-UNASUR *en un Mundo en Transformación. Cambios y Visiones Estratégicas en una Realidad Internacional Compleja*, UNR Editora, ISBN 978-987-702-003-8, Rosario, 2013, págs. 87-102

41 **A Dragon in Latin Lands**, por Alfredo Toro Hardy. Transcripción parcial de la obra del autor, *The World Turned Upside Down: The Complex Partnership between China and Latin America* (World Scientific, London/Singapore, 2013). http://www.worldscientific.com/worldscibooks/10.1142/8735

52 **Xi Jinping: acortando distancias gracias al "sueño chino"**, por Víctor Alejandro Godoy. Publicado en Observatorio de la Política China, http://www.politica-china.org/nova.php?id=3919&clase=17&lg=gal

A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa(1)

Carmen Amado Mendes

Abstract:

This paper analysis the relevance of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and the Portuguese-speaking Countries for China's relations with the lusophone world, arguing that it is perceived as being more important in cases in which bilateral ties are not very strong. Known as the Macau Forum, it is inspired in the lusophone legacy that Portugal left in this Chinese Special Administrative Region. The fact that the Portuguese language and culture are protected in Macau, along with Lisbon's good relations with its ex-colonies and leading role in the Portuguese-speaking Countries Community, offer Portugal the possibility of assuming a more active role in the Macau Forum and extract some political and economic benefits. Being amongst one of the few European states that have a Strategic Partnership with China, Portugal can use the Macau Forum to develop a comprehensive diplomatic framework towards Beijing.

Resumo:

Este artigo analisa a relevância do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa nas relações entre a China e o mundo lusófono, argumentando que esta importância aumenta nos casos em que a ligação bilateral é mais frágil. Conhecido por Fórum Macau, inspira-se no legado lusófono que Portugal deixou nesta Região Administrativa Especial da China. O facto da língua e cultura portuguesas serem preservadas em Macau, juntamente com as boas relações que Lisboa mantém com as ex-colónias e o papel de liderança na CPLP, oferecem a Portugal a possibilidade de assumir um papel mais activo no Fórum Macau e extrair alguns benefícios políticos e económicos. Um dos poucos Estados europeus com uma Parceria Estratégica Global com a China, Portugal tem com o Fórum Macau a oportunidade de dar um enquadramento mais abrangente ao relacionamento diplomático com Pequim.

(1) Este artigo apresenta conclusões preliminares do projecto "Uma Análise da Fórmula 'Um País, Dois Sistemas': O Papel de Macau nas Relações da China com a UE e os Países de Língua Portuguesa," financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCOMP-01-0124-FEDER-009198). O extenso período de trabalho de campo, em todos os Estados-membros do Fórum Macau, não teria sido possível sem o generoso apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da Fundação Macau (em Macau) e da Fundação Oriente (em Macau e em Timor). A autora ainda agradece a disponibilidade e apoio na obtenção de documentação por parte dos entrevistados dos vários países. Comentários são bem-vindos antes da apresentação das conclusões finais: carmen.mendes@fe.uc.pt

1. Macau: Plataforma para a Lusofonia

Pareceu-me particularmente oportuno escrever este artigo em 2013, ano carregado de simbolismo no relacionamento bilateral entre Portugal e a China, em que se celebram os 500 anos do encontro de duas potências históricas, de culturas tão ricas e tão diferentes. Esta amizade secular e fusão cultural daí resultante esculpiram contornos únicos num pequeno enclave no sul da China com especificidades lusófonas, a que chamamos Macau. Estas especificidades não foram apagadas com a passagem da Administração portuguesa para a chinesa em 1999, através de um processo de transição negociada que transformou Macau numa Região Administrativa Especial da China, dois anos depois do *handover* da colónia britânica vizinha, Hong Kong.(2) Pelo contrário: em parte graças aos contornos amigáveis do processo negocial, para o que em muito contribuiu o estilo não-confrontacional português contrastante com a assertividade dos negociadores britânicos, os resquícios arquitectónicos, culturais e linguísticos da presença portuguesa continuam a ser bem visíveis e acarinhados.(3) A memória colonial não deixou feridas e as marcas da história têm sido preservadas pela Administração chinesa de Macau, com o incentivo do Governo central de Pequim. O centro histórico, reconhecido pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, insiste em lembrar o legado português. Na última década, o tradicional papel do território enquanto ponte entre Oriente e Ocidente tem sido explorado e consubstanciado no conceito de "plataforma" para ligação da China ao mundo lusófono.(4)

Numa lógica de grande pragmatismo que caracteriza o seu processo de tomada de decisão, a China traduz a herança que Portugal deixou a Macau em benefícios políticos e económicos, nos planos doméstico e internacional. A nível interno, as características lusófonas contribuem para reforçar a identidade da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) diferenciando-a das restantes regiões e províncias chinesas. Este aspecto é relevante para a Administração local de Macau, enquanto garante da sua autonomia prevista na Declaração Conjunta e na Lei Básica da RAEM, mas também para o Governo central chinês, interessado em sublinhar o sucesso da aplicação da fórmula "um país, dois sistemas."(5)

(2) O processo negocial luso-chinês para a transição de Macau foi abordado em detalhe em: Mendes, Carmen Amado, "Contributos para um Entendimento sobre a Transferência da Administração em Macau", *Biblos*, II série, Vol. 1, Universidade de Coimbra, Dezembro, 2004, pp. 359-381; "O Regresso de Macau à China: Vicissitudes Negociais", *Zhongguo Yanjiu – Revista de Estudos Chineses*, Vol. 1, N.º 2, Instituto Português de Sinologia, Lisboa, 2º Semestre, 2007, pp. 173-188; "The 'Policies of Localisation' in Sino-Portuguese Negotiations during the 1988-1999 Transition Period: The Impact for Macao's Administration", *Revista de Cultura*, Macau, Nº 32, Outubro de 2009, pp. 107-122.

(3) Para mais informação sobre lusofonia em Macau ver: Mendes, Carmen Amado, "Macau 500 Anos Depois: A Plataforma da China para o Mundo Lusófono", *Revista Oriente*, Nº22, Fundação Oriente, Lisboa, 2013.

(4) Embora conscientes da conotação pejorativa que o conceito assume em determinados círculos de alguns países de expressão portuguesa, aqui usamos os termos "lusófono" e "lusofonia" como sinónimos de "língua portuguesa", a exemplo do que acontece em Macau e na China, onde a tradução é feita recorrendo exactamente aos mesmos caracteres.

(5) A fórmula "um país, dois sistemas" permitiu a Deng Xiaoping enquadrar do ponto de vista formal a retrocessão de Hong Kong e Macau para a "mãe-pátria" (um país) respeitando o "segundo" sistema das Regiões Administrativas Especiais – capitalista. Quer a Declaração Conjunta, acordo luso-chinês que resultou do culminar das negociações para a transição de Macau, quer a Lei Básica, uma espécie de mini-Constituição da RAEM, definiram que, durante cinquenta anos, Macau "gozará de um alto grau de autonomia, excepto nas relações externas e na defesa, que são da competência do Governo Popular Central". Ver: "Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de

A função de plataforma no relacionamento da China com o mundo lusófono atribui à RAEM um papel simbólico mas importante na política externa chinesa, como facilitadora nas negociações com grandes parceiros económicos e comerciais. Reinventando o seu papel de intermediário, a "Las Vegas do Oriente", financeiramente dependente da indústria do jogo, pode promover a sua imagem internacional e diversificar a sua economia, atraindo um turismo diferente daquele que gira em torno dos casinos e alargando o leque das suas actividades económicas, oferecendo serviços ligados à lusofonia, ao direito de matriz portuguesa e ao ensino do português. Pequim procura assim mostrar ao mundo – e especialmente a Taipé – que a fórmula "um país, dois sistemas" garante um elevado grau de autonomia e prosperidade às regiões administrativas especiais (Ip, 2006: 714), facto que assume particular relevância no âmbito da política de reunificação nacional, cujo objectivo último é a reintegração de Taiwan na "mãe-pátria".

No plano internacional, a especificidade de Macau tem trazido a Pequim vantagens no relacionamento com os países de língua portuguesa. Ao contrário de Portugal que, independentemente do regime político em vigor ou dos partidos políticos em funções governativas, nunca conseguiu desenvolver uma estratégia que lhe permitisse extrair benefícios de cinco séculos de presença naquele entreposto chinês, Pequim explora as afinidades culturais que esta sua Região partilha com as ex-colónias portuguesas. Macau é o único lugar da China onde o português é uma das línguas oficiais, o sistema jurídico é de matriz portuguesa, uma percentagem importante dos meios de comunicação social funcionam em português e há oferta cultural lusófona, desde as artes e espectáculos à própria gastronomia. Isto é verdadeiramente único, oferecendo aos políticos e empresários lusófonos um ambiente familiar em território chinês, muito propício ao *guanxi*,[6] contribuindo para criar entre essas personalidades uma percepção muito positiva da China.

Pequim usa então a RAEM como uma plataforma para a cooperação com ex-colónias portuguesas, onde tem interesses crescentes. Do ponto de vista político, a presença chinesa no mundo lusófono procura evitar o reconhecimento de Taiwan como um Estado soberano[7] e garantir aliados nas Organizações Internacionais, por exemplo nas Nações Unidas; bem como ser aceite como grande potência e contrabalançar a hegemonia ocidental, aproveitando interesses comuns com o Brasil no seio dos BRICS[8] e os antagonismos entre elites africanas e ocidentais, para ganhar espaço na definição normativa da Ordem Mundial. Do ponto de vista económico, Pequim tem interesses comerciais, de exportação de produtos manufacturados, e energéticos, nomeadamente na área do petróleo, carvão, gás e terras-raras; mas também florestais, agrícolas e na área das

---

Macau", Pequim, 13 de Abril de 1987; "Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China", adoptada em 31 de Março de 1993, pela Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional da RPC e promulgada pelo Decreto Nº 3 do Presidente da RPC, com entrada em vigor no dia 20 de Dezembro de 1999.

(6) *Guanxi* é um conceito usado para explicar determinadas ligações, a rede de relacionamento interpessoal associado à estratégia de obtenção de favores: quanto mais positiva for a impressão causada, mais provável é conseguir-se um favor. Na China, seja a nível político, seja económico ou social, nada se consegue sem *guanxi.* Para melhor compreensão deste conceito ver, por exemplo, Mendes, Carmen Amado, "Um verão em Taipé: Sobreviver sem perder a face" *in* Silva, Jorge Tavares e Breda, Zélia (coords.), *Em Bicos de Pés e de Olhos em Bico*, Mare Liberum, Aveiro, 2012, pp. 125-126.

(7) Isolar Taipé reveste-se de particular importância geopolítica num continente em que quatro países reconhecem Taiwan, sendo um deles uma ex-colónia portuguesa: São Tomé e Príncipe, Gâmbia, Suazilândia e Burquina Faso.

(8) Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

pescas, face à crescente necessidade de importação de alimentos e recursos naturais. O investimento chinês nos países de língua portuguesa (talvez com a excepção do Brasil) é mais visível nas indústrias extractivas e na construção de infra-estruturas, recorrendo ao excesso de mão-de-obra chinesa como forma de reduzir o desemprego e tensões sociais na China, mas também de garantir rapidez, eficiência e custos baixos na construção.

2. O Fórum Macau

Neste contexto, em 2003 o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa foi criado no Ministério do Comércio em Pequim, entre a República Popular da China e sete países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. São Tomé e Príncipe não é membro, uma vez que tem relações diplomáticas com Taiwan e não com a China, embora seja convidado a participar como observador nas Conferências Ministeriais. O Fórum é conhecido por "Fórum Macau" porque o seu Secretariado Permanente foi estabelecido na RAEM, em 2004.

Expoente máximo do já referido papel de plataforma encarnado pela RAEM, o Secretariado Permanente promove em Macau o contacto diário entre o Ministério do Comércio da China, na figura do Secretário-Geral, e os países de língua portuguesa, que aí têm delegados em permanência. Este Secretariado é constituído por três gabinetes chefiados por Secretários-Gerais Adjuntos: o Gabinete de Administração, com funcionários do Ministério do Comércio da China, encarregue do trabalho diário; o Gabinete de Apoio, com funcionários de Macau, providencia os recursos necessários para as actividades; e o Gabinete de Ligação, com representantes dos países de língua portuguesa, gere os contactos com estes países (Fórum Macau, 2008). Embora não se trate de uma Organização Internacional, a existência de uma estrutura em permanência leva a que a dinâmica do Fórum Macau extravase as Conferências Ministeriais.

Durante estas Conferências, encontros ao mais alto nível que se realizam em Macau no Outono, de três em três anos,[9] os representantes dos Estados-membros aprovam Planos de Acção Económica e Comercial trienais, com linhas orientadoras para os Programas de Actividade anuais que são negociados no Secretariado Permanente durante as reuniões ordinárias da Primavera.[10] Para além de organizar estes encontros regulares e algumas reuniões extraordinárias, o Secretariado Permanente como função: facilitar contactos aos empresários que o solicitem presencialmente, por telefone ou por e-mail e disponibilizar informação útil no web-

(9) As Conferências Ministeriais tiveram lugar em 2003, 2006 e 2010 – e não em 2009, devido ao atraso na substituição do falecido Secretário-Geral do Fórum e para não coincidir com a celebração do 10º aniversário da criação da RAEM.

(10) O Plano de Acção é previamente negociado no Ministério do Comércio em Pequim com os Embaixadores dos países de língua portuguesa, em contacto permanente com os respectivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros. As reuniões ordinárias em Macau, para além da representação dos três Gabinetes do Secretariado Permanente, contam também com a presença dos Embaixadores em Pequim e dos pontos focais dos vários Estados-membros. A estrutura e o processo de tomada de decisão do Fórum Macau, dos Planos de Acção e dos Programas de Actividades, foi analisada detalhadamente em: Mendes, Carmen Amado, "Macau 500 Anos Depois", *op. cit.*

site[11] do Fórum; financiar encontros empresariais nos vários Estados-membros organizados pelas agências de investimento ou associações comerciais locais em coordenação com o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) e o *China Council for the Promotion of International Trade* (CCPIT); e organizar acções de formação em Macau e na China dirigidas a quadros dos países de língua portuguesa, nos mais variados sectores de actividade.

Desta forma, por um lado o Fórum contribui para aumentar o conhecimento da China naqueles países, tornando-a mais atractiva aos olhos dos governantes e empresários que participam nas Conferências Ministeriais e actividades promovidas pelo Secretariado Permanente. Por outro lado, e um pouco a exemplo do que se passa nos clubes, a existência desta estrutura promove o conhecimento entre pessoas-chave dos seus Estados-membros, criando laços de confiança, elos e amizades, facilitando as negociações que ocorrem posteriormente no plano bilateral, a nível político e empresarial. Assim, nas deslocações a esses países, os negociadores chineses foram encontrando progressivamente uma percepção cada vez mais positiva em relação à China.

Devido à ausência de dados estatísticos nesse sentido, não podemos assumir que o papel de facilitador do Fórum Macau se traduza em resultados concretos no que diz respeito ao volume das trocas comerciais ou assinatura de acordos entre a China e os países de língua portuguesa. Desde 2003, o comércio entre a China e estes países aumentou de forma explosiva[12] mas não podemos afirmar que isso não teria acontecido caso este mecanismo não existisse. No entanto, o Fórum Macau poderá ter tido um impacto indirecto na balança comercial ao ajudar a identificar objectivos comuns num clima de confiança. Se hoje em dia, em que por todo o mundo lusófono se procura atrair investimento chinês e fechar negócios com a China, este papel de facilitador poderá parecer dispensável, há dez anos atrás esta função não era, de todo, despiciente.

Instrumento de *soft power*[13] por excelência, apesar de teoricamente se esgotar nos propósitos económicos e comerciais, o Fórum Macau tem então uma dimensão política inestimável, especialmente visível durante os encontros de alto-nível. A própria participação de membros do Governo de São Tomé em Conferências Ministeriais anteriores mostra como Pequim joga com o carácter de atracção que o Fórum pode exercer até sobre um país com quem não tem relações diplomáticas, pressionando, nos bastidores, alguns representantes dos outros países lusófonos a evidenciarem os benefícios do relacionamento com a China popular.[14]

(11) O site do Fórum Macau pode ser consultado em: http://www.forumchinaplp.org.mo/pt

(12) No website do Fórum Macau pode ler-se que, de acordo com as estatísticas dos Serviços da Alfândega da China, as trocas comerciais superaram em 2011 a meta definida na 3ª Conferência Ministerial. Ver: *Notícias Recentes*, "As trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Novembro de 2011 atingiram 107.311 milhões de dólares, com uma antecipação de dois anos, a meta fixada em 2013," *in* http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?id=1189

(13) Por *soft power* entendemos a capacidade de influenciar pela persuasão e não pela coerção, ou seja, todas as actividades que ultrapassam o domínio da segurança, como sejam a ajuda humanitária, o investimento económico, a cultura e, neste caso, a diplomacia multilateral. Cf.: Kurlantzick, Joshua, "China's Charm: Implications of Chinese Soft Power" *Policy Brief* nº47, Carnegie Endowment for International Peace, Junho, 2006, p. 1.

(14) A participação de São Tomé e Príncipe enquanto observador é facilitada por vários factores: trata-se de um fórum económico, e não diplomático; é uma estrutura híbrida sem estatuto jurídico, e não uma Organização Internacional; as Conferências

A política externa da China salvaguarda de forma hábil interesses políticos na promoção de objectivos económicos, conquistando influência à custa da sua capacidade financeira e comercial. Ao promover a cooperação através dos contactos regulares entre os seus participantes, o Fórum Macau ajuda os líderes chineses a aprofundar o relacionamento com os governantes e funcionários das máquinas burocráticas dos países de língua portuguesa, daí retirando dividendos económicos mas também políticos.

O Fórum Macau ainda garante a Pequim um diálogo bilateral com cada um destes países num espaço multilateral, sem assumir as obrigações habitualmente decorrentes da participação em instituições multilaterais. Ao ocupar permanentemente a liderança do Fórum, o Ministério do Comércio da China está numa posição que atenta contra princípios básicos do multilateralismo: igualdade na representação e rotatividade na liderança. Tal facto ilustra bem as dinâmicas da diplomacia chinesa na instrumentalização do multilateralismo institucionalizado, uma abordagem que podemos apelidar de "multilateralismo lucrativo."(15) Isto não parece constituir surpresa para os outros Estados-membros que, por um lado, perspectivam a relação com a China primordialmente no plano bilateral e, por outro, aceitam passivamente o facto da liderança do Fórum ser chinesa já que é a China (mais concretamente a RAEM) quem paga a totalidade das despesas de funcionamento do Secretariado Permanente.

3. Que Relevância?

A relevância que os países de língua portuguesa atribuem ao Fórum Macau pode ser em parte avaliada pela forma como se fazem representar nas Conferências Ministeriais, no Secretariado Permanente e nas actividades por este organizadas. A ausência de normas objectivas relativamente à representatividade dá margem de manobra aos Estados-membros, embora seja evidente que nas Conferências Ministeriais o nível tem vindo a subir. Na 1ª e na 2ª, participaram Ministros de variadas pastas, sobretudo Economia, Comércio e Negócios Estrangeiros – o facto de o Brasil ter enviado um Secretário foi muito notado. (16) Na 3ª Conferência Ministerial em 2010, que contou com a presença do Primeiro-Ministro chinês, quatro dos restantes Estados-membros também se fizeram representar por Chefes de Estado ou de Governo. Timor-Leste esteve representado pelo seu Presidente e Portugal, Guiné-Bissau e Moçambique pelos respectivos Primeiros-Ministros. Cabo Verde enviou o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro; Angola o Ministro da Economia; e o Brasil o Vice-Ministro das Relações Exteriores (Fórum Macau, 2011: 4).(17)

Ministeriais têm lugar numa Região Administrativa Especial com autonomia em relação ao Governo central chinês, e não na China continental.

(15) Por "multilateralismo lucrativo" entendemos a preferência chinesa por preservar os aspectos que considera úteis nas instituições multilaterais sem ter que arcar com as responsabilidades daí resultantes. Para mais informação ver: Mendes, Carmen Amado, "A China e a Cooperação Sul-Sul", *Relações Internacionais*, Nº 26, Junho de 2010, pp. 39-46.

(16) Ivan Ramalho – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

(17) Estiveram presentes: os Primeiros Ministros da China – Wen Jiabao, de Portugal – José Sócrates, da Guiné-Bissau – Carlos Gomes Júnior, e de Moçambique – Aires Bonifácio Ali; o Presidente de Timor-Leste – José Ramos Horta; o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro de Cabo Verde – Humberto Brito; o Ministro da Economia de Angola – Abrahão Gourgel; e o Vice-Ministro das Relações Exteriores do Brasil – Carneiro de Mendonça.

Pelo que pudemos apurar, esta discrepância no nível de representatividade resultou de constrangimentos internos por parte dos países que não enviaram chefes de Estado ou de Governo, e não da intenção clara de desvalorizar a Conferência Ministerial.[18] No entanto, se o contexto político nacional, como seja um período eleitoral, afectou a escolha do representante para participar na Conferência Ministerial, podemos concluir que o Fórum Macau não é uma prioridade para esses Estados-membros.

Em relação ao Gabinete de Ligação do Secretariado Permanente, os delegados também são seleccionados segundo critérios definidos pelos seus Governos, sendo por isso afiliados aos mais variados ministérios, geralmente Negócios Estrangeiros, Economia e Comércio. Devido à ausência de estatuto jurídico e ao carácter híbrido do Fórum Macau, os delegados não têm estatuto diplomático, mesmo quando são diplomatas de carreira.[19] Em relação à permanência, cinco dos países de língua portuguesa têm representantes que trabalham fisicamente no Secretariado: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste. Entre estes, apenas os representantes cabo-verdiano, guineense e timorense estão a tempo inteiro nos seus gabinetes: o delegado angolano acumula funções no Consulado de Angola em Macau e a delegada de Moçambique gere uma agenda paralela no plano bilateral, fazendo deslocações regulares a Pequim e a outras cidades chinesas.

Portugal e o Brasil optaram por não ter delegados permanentes, evitando ter um representante, a quem nem sequer seria concedido estatuto diplomático, financiado pela RAEM e subordinado a um funcionário do Ministério do Comércio da China – o Secretário-Geral do Secretariado Permanente. Em alternativa, a ligação aos trabalhos do Secretariado é feita pela delegada da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), baseada no edifício do Consulado português em Macau, que se desloca ao Secretariado Permanente numa base semanal; e pelo Cônsul-geral brasileiro em Hong Kong, que participa quatro ou cinco vezes por ano nas reuniões que o Brasil considera mais relevantes.

Outro aspecto que mostra a forma como os diferentes países de língua portuguesa percepcionam o Fórum Macau é o critério para a escolha e interacção que é estabelecida com os seus pontos focais, ou seja, os funcionários que têm por função divulgar no seu país a informação proveniente do representante junto ao Secretariado Permanente. Alguns países – Angola, Brasil e Moçambique – decidiram que fazia mais sentido ter o ponto focal do Fórum no Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto outros optaram por entregar a pasta a um funcionário do Ministério da Economia – Portugal e Timor – ou da Agência de Promoção de Investimento – Cabo Verde.[20] Em Bissau o ponto focal pertenceu inicialmente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros mas depois mudou para o Ministério da Economia.[21] A forma diversificada e algo aleatória

(18) O mesmo se verificou com São Tomé e Príncipe que não enviou nenhum representante com estatuto de observador para esta Conferência, ao contrário das anteriores, não por falta de interesse mas por dificuldade em deslocar alguém no contexto da política nacional da altura.

(19) A questão do estatuto jurídico do Secretariado Permanente do Fórum Macau e do estatuto diplomático dos delegados dos Estados-membros provavelmente não se colocaria se o Secretariado estivesse baseado na China continental e não numa Região Administrativa Especial sem autonomia formal no plano das suas relações externas.

(20) Cabo Verde Investimentos: a agência de promoção de investimento, turismo e exportações.

(21) Esta mudança, mais do que baseada em aspectos substantivos relacionados com o funcionamento do Fórum Macau, reflectiu jogos de poder entre Ministérios.

como os Estados-membros escolhem os seus pontos focais sugere que o Fórum Macau tem para uns um pendor primordialmente político enquanto para outros é um mecanismo económico e comercial, ou ainda de captação de investimento.

Uma das ilações que podemos tirar desta variedade de abordagens, também reflectida nos critérios subjacentes à escolha da representatividade, é que os países de língua portuguesa têm expectativas diferentes no papel que o Fórum Macau pode ter na sua aproximação à China. As diferentes percepções que coexistem sobre a relevância deste Fórum não serão motivo de espanto para Pequim, que também teve objectivos diferenciados aquando da sua criação. Se dividirmos o mundo lusófono em dois grandes grupos de acordo com o seu estádio de desenvolvimento, tendo Portugal e o Brasil economias mais diversificadas e desenvolvidas, podemos considerar que o objectivo chinês foi a aproximação aos países africanos de língua portuguesa e a Timor, face à irrelevância da balança comercial com Portugal e à solidez das relações económicas e comerciais com o Brasil (Alves, 2008: 15 e 2005: 1168).

Na sequência do trabalho de campo realizado nos Estados-membros do Fórum Macau podemos avançar com algumas conclusões preliminares: a importância que os países de língua portuguesa atribuem ao Fórum e o empenho com que participam nos eventos por ele organizados variam em função da profundidade do seu relacionamento bilateral com a China; e a sua atitude relativamente ao apoio financeiro chinês é influenciada pelo seu nível de desenvolvimento. Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste vêem no Fórum Macau um instrumento importante para aprofundar a cooperação bilateral com a China, pois sentem que em grupo têm mais força para defender os seus interesses. Estas afinidades entre alguns países lusófonos são particularmente visíveis durante as negociações dos Planos de Acção em Pequim e dos Programas de Actividades do Secretariado Permanente em Macau. A perspectiva daqueles países é utilizar o Fórum como um veículo para obtenção de benefícios nacionais, através da captação de investimento chinês e da formação de funcionários ministeriais promovida pelo Centro de Formação do Secretariado Permanente, em sectores onde sintam maiores lacunas. O interesse na captação de investimento também começa a ganhar espaço em Portugal num contexto de crise, como veremos mais à frente. Angola, devido à melhoria da sua situação financeira e crescentes relações que tem com a China no plano bilateral, já não fala do Fórum Macau com o mesmo entusiasmo: a presença chinesa, especialmente visível nas áreas da construção civil e dos recursos naturais, é negociada Estado-a-Estado, via Embaixadas, Ministérios, empresas estatais e, por vezes, até a título particular.

Nos países africanos de expressão portuguesa, todos os líderes e funcionários que estão familiarizados com o Fórum Macau consideram que ele é complementar ao Fórum China-África (FOCAC, na sigla em inglês)[22] criado em 2000, que também reúne de três em três anos. Para Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, o Fórum Macau pode facilitar as negociações e a tomada de decisão no plano bilateral e ter resultados mais concretos do que o FOCAC por vários motivos. Em primeiro lugar, o Fórum Macau é mais específico, pertencendo ao Ministério do Comércio e não ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, como o FOCAC. Enquanto o Fórum Macau está oficialmente focado na cooperação económica e comercial,

(22) O website do *Forum on China-Africa Cooperation* pode ser visualizado em: http://www.focac.org/eng/

o FOCAC lida com várias dimensões – política, económica, comercial, educativa e de segurança (Xinhua, 2006). Em segundo lugar, o Fórum Macau tem apenas oito membros, e não 50 como o FOCAC. Em terceiro lugar, os membros do Fórum Macau estão representados em permanência em Macau, partilhando a mesma língua e cultura, o que garante um relacionamento mais próximo. Dito isto, o canal bilateral é sem dúvida privilegiado, quer pela China quer pelos países lusófonos, relativamente a qualquer um dos Fóruns.

Para o Brasil, a relação com a China é também, por excelência, bilateral, com a agravante do Fórum Macau ser potencialmente nefasto para os interesses brasileiros ao contribuir para reforçar a presença chinesa na África lusófona. Brasília tem com Pequim uma relação de igual para igual, partilhando o palco reservado às potências emergentes, com a visibilidade que os BRICS e o G20 lhes garantem, tendo visões comuns do mundo relativamente à liderança das instituições internacionais e sendo apologistas na revisão da hierarquia das potências. No entanto, os dois actores, embora parceiros no sistema internacional, competem no mercado interno do Brasil, que não abdica de medidas proteccionistas em relação aos produtos chineses, na América Latina e no continente africano, onde as empresas brasileiras perdem diariamente contratos por não conseguir competir com as condições financeiras oferecidas pelas chinesas.

Aos olhos dos líderes brasileiros não faz, então, qualquer sentido apoiar um mecanismo que ajude os negociadores chineses a ganhar espaço em zonas de interesse estratégico para o Brasil. Esta é a principal causa do antagonismo que os líderes brasileiros expressaram inicialmente em relação à criação do Fórum Macau e a falta de importância que lhe atribuem, traduzida na forma como se fazem representar e no empenho que evidenciam relativamente às actividades organizadas pelo Secretariado Permanente: o Brasil nunca foi um parceiro activo. Na relação de igual para igual que Brasília tem com Pequim, o Fórum Macau não só não "encaixa" como ainda é visto com suspeição.

Em suma, os Estados-membros com quem a China tem uma relação mais forte são Portugal (histórica e política), Brasil (política, económica e comercial) e Angola (económica e comercial). O facto do relacionamento da China com estes três países não passar por Macau sugere que o Fórum pode não estar a assumir um papel fundamental na aproximação da China ao mundo lusófono. Dito isto, e tendo em conta que as instituições internacionais costumam funcionar por inércia, não desaparecendo a menos que algo de excepcional lhes aconteça, não parece que a existência do Fórum Macau esteja em risco, muito pelo contrário. Os seus financiadores, a China e a RAEM, são os mais interessados na sua continuação, com o forte apoio de alguns países de língua portuguesa. No entanto, para poder apresentar resultados incontestáveis, o Fórum deveria ser reinventado; e para dele retirarem mais benefícios, os seus Estados-membros teriam de lhe dedicar mais atenção. Tentaremos assim identificar alguns dos problemas que afectam a sua eficácia e dar algumas sugestões para o futuro.

4. Constrangimentos

O Fórum Macau é, em termos teóricos, uma ideia brilhante para a diplomacia chinesa, um novo instrumento de *soft power* para atingir objectivos antigos, com impacto significativo na política interna e externa: o

reforço das relações comerciais com o mundo lusófono, alimentando o crescimento económico e a projecção de influência e poder da China naquelas áreas geográficas, incluindo uma "operação de charme" a São Tomé; e o evidenciar a Taiwan que o grau de autonomia consagrado às Regiões Administrativas Especiais até permite dinamizar instituições internacionais com representatividade estatal. Em termos práticos, as entrevistas realizadas a políticos e empresários dos vários Estados-membros sugerem alguns problemas e limitações.

O primeiro obstáculo deriva da falta de empenho político. Por um lado, a China é o Estado-membro que impregna dinamismo ao Fórum Macau mas, ao liderar o Secretariado Permanente, faz com que ele seja percepcionado como um instrumento diplomático "chinês" e não como uma verdadeira instituição multilateral onde todos os participantes têm o mesmo peso. Isto cria, particularmente no Brasil e em Portugal, alguma resistência ao seu sucesso. Por outro lado, como os líderes chineses sempre privilegiaram as relações bilaterais, encarando o multilateralismo com alguma desconfiança, os restantes países lusófonos assumem que o relacionamento com Pequim passa primordialmente pelo canal bilateral e também não se mostram muito entusiasmados em relação ao Fórum, embora a expectativa sobre o seu impacto aumente em países que não têm relações muito fortes com a China.

Em relação ao Governo de Macau, cuja Secretaria para a Economia e Finanças tutela o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente, o Fórum também está longe de ser uma prioridade no meio das preocupações inerentes à supervisão da indústria do jogo, a maior fonte de receitas da RAEM. Enquanto financiador do Secretariado Permanente, o Governo de Macau investe muitos recursos no Fórum sem daí retirar necessariamente vantagens, por falta de interesse em definir uma estratégia concertada e transversal às várias Secretarias.(23)

O segundo problema é o profundo desconhecimento que grassa nos Estados-membros sobre as funções ou a própria existência do Fórum Macau. Esta falta de imagem revela falhas na promoção do Fórum, quer a nível da decisão política quer a nível táctico – função dos delegados do Gabinete de Ligação em Macau, em coordenação com os pontos focais nos Estados-membros. A falta de critérios objectivos para a selecção dos delegados e da supervisão do seu trabalho resulta, por um lado, na escolha de pessoas com pouca sensibilidade para as funções que lhe são atribuídas ou pouca vocação para um trabalho que é primordialmente económico e comercial mas exige alguma destreza política e, por outro lado, que os resultados atingidos estejam dependentes do perfil e interesse que o delegado tem naquelas funções.

Consequentemente, muitos dos empresários lusófonos que têm, ou gostariam de ter, negócios com empresas chinesas revelam nunca ter ouvido falar do Fórum e não recorrem ao apoio do Secretariado Permanente nem participam nos Encontros Empresariais. Entre a minoria que tem uma relação mais próxima com o Fórum Macau, as opiniões dividem-se. Uns consideram que o facto dos Encontros Empresariais terem cunho governamental facilita a assinatura de contractos e que o ambiente de confiança oferecido pelo enquadramento do Fórum ajuda a "fechar negócios". Outros acham que o Secretariado Permanente poderia ser muito mais útil se providenciasse uma série de serviços que em termos objectivos facilitasse os negócios, como seja o apoio jurídico e linguístico.

(23) O Governo da RAEM não está organizado por Ministérios, mas sim Secretarias.

A nível governamental, quer nos vários ministérios quer nas agências de promoção de investimento, e mesmo a alto nível, no mundo lusófono o Fórum ou não é (suficientemente) conhecido ou não evidencia em termos práticos de que forma pode ser útil. Quando definem a sua agenda (bilateral) com a China, os líderes e funcionários não têm em consideração a existência do Fórum Macau. A sua postura em relação ao Fórum é essencialmente reactiva, limitando-se a reagir de forma muitas vezes inconsequente às propostas que as suas embaixadas em Pequim recebem do Ministério do Comércio da China e à informação que o Secretariado Permanente envia aos seus pontos focais.

Este aspecto está directamente relacionado com um terceiro constrangimento: a falta de interacção entre os vários ministérios, departamentos e funcionários que nos países de língua portuguesa trabalham, directa ou indirectamente, com o Fórum Macau. A informação muitas vezes não circula e muitos funcionários governamentais nem chegam a ter informação sobre as acções de formação organizadas pelo Secretariado Permanente. Isto resulta em que nalguns países haja pouca adesão aos cursos em Macau ou que sejam sempre os mesmos funcionários ou ministérios a inscrever-se. A propósito disto parece-me importante referir que para alguns países, sendo Timor-Leste o mais evidente, é particularmente complicado seleccionar funcionários, nas várias áreas dos cursos de formação, com um domínio fluente da língua portuguesa. Isto invalida muitas vezes a sua participação, uma vez que as únicas línguas de trabalho (com tradução simultânea) no Fórum Macau são o português e o chinês.

A dificuldade na interacção entre funcionários abrange os ex-funcionários: quando cessam funções, nem sempre passam a pasta completa a quem os substitui.[24] Pessoas altamente conhecedoras do Fórum Macau, por exemplo pontos focais, ao começarem a trabalhar noutro departamento, mesmo que seja do mesmo ministério, deixam de ser consultadas sobre o tema, levando consigo um manancial de informação que poderia, de outra forma, ser muito útil. Mais do que má vontade ou falta de profissionalismo dos indivíduos, isto revela falta de coordenação e organização dos ministérios, a par da tradicional ausência de uma aposta na especialização dos funcionários por áreas geográficas ou temáticas, características aliás transversais às máquinas burocráticas do mundo lusófono.

Este fenómeno agrava-se nos casos em que o ponto focal está num Ministério diferente daquele (Negócios Estrangeiros) que supervisiona as negociações do Plano de Acção em Pequim. Embora o Fórum seja de cooperação económica e comercial, vimos que tem uma componente diplomática importante e que os Embaixadores dos Estados-membros são uma peça chave nas negociações quer do Plano de Acção, em Pequim, quer do Programa de Actividades, no Secretariado Permanente em Macau. No caso chinês, o Ministério do Comércio coordena todo o processo.[25]

(24) A generalização do recurso ao e-mail veio agravar isto, pois muita da informação enviada para endereços de pessoais não é impressa nem arquivada, nem sempre chegando às mãos dos funcionários que assumem novas funções.

(25) Importa referir que na China o Ministério do Comércio é um ministério tradicionalmente forte e com influência na formulação da política externa e um papel activo na diplomacia económica.

Todos estes constrangimentos dificultam a atribuição ao Fórum Macau de funções específicas, complementares à agenda bilateral que os países de língua portuguesa estabelecem com Pequim. Cada um destes países deveria definir uma estratégia global para a China, transversal a vários ministérios, identificando os aspectos a negociar pelo canal bilateral e via Fórum Macau.(26) Isto não é tarefa fácil, em burocracias que assumem de forma mais ou menos aberta a dificuldade em formular uma "simples" política externa bilateral para com Pequim. A ausência de equipas, que deveriam ser constituídas pelas pessoas mais relevantes, a nível político e empresarial, no relacionamento com a China, encarregues de delinear e planear a concretização desta política, é preocupante e de difícil compreensão no contexto actual.

5. O Futuro do Fórum: Perspectivas para Portugal

Não sendo possível fazer aqui uma análise exaustiva da forma como os vários Estados-membros interagem com o Fórum Macau, termino com breves anotações sobre o caso português. É compreensível que, ao liderar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Lisboa se sentisse desconfortável com o facto de Pequim assumir a liderança de um fórum de cooperação com o mundo lusófono. No entanto, Portugal poderia ter potenciado o bom relacionamento que goza com as ex-colónias, escudado na própria CPLP, e o tratamento preferencial conferido pela Parceria Estratégica Global(27) assinada com a China em Dezembro de 2005, para negociar um papel mais relevante no Fórum Macau, por exemplo no seu Secretariado Permanente. Hoje em dia, intermediar a ligação da China ao mundo lusófono faz cada vez menos sentido, mas se a diplomacia portuguesa investir com cuidado na dinamização do Fórum Macau poderá daí retirar algumas oportunidades.

Se a China se tornasse efectivamente uma prioridade na política externa portuguesa, o Fórum Macau deveria ser explorado como um instrumento diplomático de excelência; e se esta decisão fosse tomada a nível da liderança, a vontade política poderia impulsionar o trabalho em equipa entre pessoas-chave para definir uma estratégia mais arrojada. Maior racionalidade e organização potencializariam os recursos humanos existentes e o seu conhecimento da China e do Fórum Macau, conduzindo a resultados surpreendentemente diferentes. Correndo o risco de ser mal interpretada, atrevo-me a deixar algumas sugestões.

(26) No caso dos países africanos, esta estratégia ainda deveria contemplar o FOCAC como um terceiro canal diplomático para a concretização dos objectivos de política externa.

(27) Na Europa, até 2005 a China apenas tinha concedido estatuto idêntico à Alemanha, França, Reino Unido, Espanha e Itália; posteriormente assinou acordos de Parceria Estratégica com a Grécia, Dinamarca, Polónia e Irlanda. Segundo a Declaração Conjunta dos Governos da República Portuguesa e da República Popular da China sobre o Reforço das Relações Bilaterais, assinada a 9 de Dezembro de 2005, "Portugal e a China concordam em Estabelecer uma Parceria Estratégica Global entre os dois países, desejando reforçar a cooperação especialmente nos seguintes domínios:" diálogo político; economia; língua, cultura e educação; ciência e tecnologia; justiça; e saúde. No entanto, os resultados directos e indirectos da assinatura deste acordo não são de fácil identificação e o próprio significado que a China atribui ao conceito de Parceria Estratégica tem dado azo a muita especulação. Ver, por ex., Mendes, Carmen Amado, "The Significance of the PCA in Sino-European Relations. A Step Forward or a Stumbling Block?" in Men, Jing e Balducci, Giuseppe (eds.), *Prospects and Challenges for EU-China Relations in the 21st Century*, P.I.E.-Peter Lang, Bruxelas, 2010.

A criação de uma estrutura que vou provisoriamente apelidar de "Conselho do Fórum Macau" permitiria a concentração de toda a informação necessária ao processo de tomada de decisão, evitando que se continuassem a perder dados à medida que funcionários, diplomatas e políticos vão cessando funções. O primeiro passo poderia ser o desenho de um organigrama que identificasse todos os portugueses que directa ou indirectamente estiveram ligados ao Fórum desde as primeiras reuniões conducentes à sua criação. Assim, o Conselho incluiria os: (ex-)embaixadores em Pequim, (ex-)delegados em Macau, (ex-)pontos focais em Portugal e (ex-)Directores-Gerais, Secretários de Estado e Ministros dos ministérios relacionados com o Fórum, de onde provêm os embaixadores, os delegados e os pontos focais. Esse Conselho do Fórum deveria reunir pelo menos em momentos-chave da vida do Fórum Macau, por exemplo antes da reunião ordinária anual do Secretariado Permanente, na Primavera, e da discussão do Plano de Acção em Pequim para aprovação nas Conferências Ministeriais trienais, no Outono. Na impossibilidade de todos estarem fisicamente presentes, e caso não fosse viável recorrer ao sistema de vídeo-conferência, os membros deveriam dar sugestões antes da reunião e pronunciar-se posteriormente sobre as decisões tomadas pelo Conselho.

O segundo passo poderia ser a elaboração de uma base de dados interactiva a que os membros do Conselho do Fórum tivessem acesso permanente, não só para consulta mas também para incluir informação relevante a que fossem tendo acesso. Com a ajuda das pessoas identificadas no organigrama, poder-se-ia compilar toda a informação passada de difícil acesso, que actualmente se encontra dispersa e mal organizada por vários departamentos. Os documentos oficiais mais relevantes a categorizar seriam os referentes às Conferências Ministeriais, às reuniões ordinárias e às reuniões extraordinárias; e aos encontros empresariais. Deveriam compilar-se não só as actas finais de cada um dos eventos mas também as posições mais relevantes das várias partes durante os processos negociais que lhes antecederam. Isto evitaria, por um lado, o desconhecimento entre alguns dos funcionários sobre o que se passou antes da sua entrada em funções e, por outro, que de cada vez que se iniciasse uma negociação se partisse da estaca zero.

O Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa foi anunciado pelo Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao, durante a 3ª Conferência Ministerial, e apresentado pelo Secretário para a Economia e Finanças de Macau Francis Tam, na reunião ordinária do Secretariado Permanente em Março de 2012. O valor total do Fundo é de mil milhões de USD, sendo o capital inicial comparticipado pelo Banco de Desenvolvimento da China e pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização de Macau.[28] Esta é uma oportunidade concreta oferecida pelo Fórum Macau que Portugal deveria considerar ao mais alto nível e acompanhar por várias vias, nomeadamente através da AICEP, divulgando-a de forma mais ampla e informativa entre empresários portugueses interessados em estreitar a sua ligação à China e ao mundo lusófono. A diplomacia portuguesa só teria a ganhar se o intercâmbio com

(28) A informação disponível sobre este Fundo, incluindo os "princípios operacionais de investimento," pode ser consultada na página principal do Fórum Macau, "Apresentação do Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa," http://www.forumchinaplp.org.mo/pt: "O Fundo destina-se exclusivamente aos pedidos de investimentos e financiamento apresentados por empresas da China (incluindo a Região Administrativa Especial de Macau) e pelos Países de Língua Portuguesa, utilizando o capital como eixo de ligação para promover o desenvolvimento das empresas, o avanço da globalização e o crescimento económico dos países envolvidos, concretizando uma importante medida adoptada pelo Governo Chinês para estimular e aprofundar a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa."

Pequim não se esgotasse nas relações Estado-a-Estado mas extravasasse para iniciativas da sociedade civil, devidamente enquadradas na estratégia global. As instituições que divulgam e seleccionam os indivíduos que participam nas acções de formação e Encontros Empresariais do Fórum Macau deveriam obter feedback e sugestões decorrentes desta participação.

Assim, há várias formas possíveis de aprofundar e valorizar a participação portuguesa no Fórum Macau, tendo em conta os parcos recursos de que dispomos e a conjuntura financeira desfavorável em que nos encontramos. Parece-me que Portugal não se devia distanciar, comportando-se como se de uma "coisa" chinesa se tratasse, numa atitude meramente reactiva aos avanços diplomáticos de Pequim. Em última análise, foram a sua língua e cultura que deram corpo a esta ideia original, de criar uma entidade que ligasse as ex-colónias portuguesas a uma Região da China com reminiscências lusófonas. Se considerarmos todas estas variáveis, o Fórum Macau deverá ser perspectivado como uma oportunidade económica e política para Portugal, do ponto de vista interno e de afirmação num espaço de tradicional interesse geoestratégico – o mundo lusófono. Esperamos ter dado um contributo nesse sentido.

Referências Bibliográficas:

Alves, Ana (2008). "China's Lusophone Connection", *China in Africa Report,* no. 2, The South Institute of International Affairs, Johannesburg.

Alves, Ana (2005). "Macau: uma Ponte entre a China e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", *Administração*, 69 (XVIII).

Fórum Macau (2011). *Boletim Trimestral,* Secretariado Permanente do Fórum, Nº16-17.

Fórum Macau (2008). "Regulamento de Funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa," 10 de Março.

Ip, Kuai Peng (2006). "Uma Análise Política e Económica sobre a Plataforma de apoio à Cooperação Económica e Comercial entre a China e a Lusofonia", *Administração*, 72 (XIX), Macau.

Xinhua (2006). "FOCAC exhibition showcases China-Africa cooperation", *China View*, http://news.xinhuanet.com/english/2006-11/03/content_5287030.htm.

China, la gran perjudicada por la inestabilidad en Corea

Carlos Blanco

La crisis vivida recientemente en la Península de Corea constituye un perjuicio para los intereses de China, tanto económicos como de seguridad, derivados de la incertidumbre instalada en la región y el aprovechamiento, por parte de EEUU, de la oportunidad de modificar su despliegue militar en la zona.

La relativa calma establecida en el Este asiático, tras las tensiones surgidas debido a la última prueba nuclear norcoreana, las subsiguientes sanciones impuestas por el Consejo de Seguridad de la ONU y las maniobras militares conjuntas de EEUU y Corea del Sur, seguramente ha sido celebrada con satisfacción en el seno del Partido Comunista Chino (PCCh) en Pekín, desde donde se estudian con recelo las consecuencias de esta penúltima crisis.

La nueva generación de líderes chinos, encabezada por el Presidente Xi Jinping y el Primer Ministro Li Keqiang (surgida del 18º Congreso del PCCh, noviembre de 2012), tiene entre manos la gigantesca tarea de reorientar el modelo económico del país y potenciar una diplomacia más activa e involucrada en asuntos globales, por lo que no ve con buenos ojos los últimos movimientos del régimen de Kim Jong-un. Estas tareas, vitales para continuar con la modernización del país, sufren cada vez que China ha de redirigir sus esfuerzos a lidiar con la problemática norcoreana.

Tanto es así, que incluso llegó a apoyar las sanciones anteriormente mencionadas, en un intento por rebajar la incertidumbre instalada en su área de influencia, aunque con matices: poco después de la aprobación de las medidas se exhortó a todos los involucrados a mantener la calma, y se recordó que nadie tiene derecho a generar inestabilidad en la región por razones egoístas.

Pero, ¿por qué es China la principal perjudicada por la inestabilidad en la región? Por un triple motivo: el impacto en el crecimiento de su economía, la necesidad de atender a desafíos propios, y la presencia militar de EEUU en la zona.

El crecimiento económico

En primer lugar, China desea que el clima internacional, especialmente en Asia, se mantenga lo más estable posible, en el sentido de que necesita de un entorno económico favorable para que su crecimiento no se estanque.

El modelo económico chino, basado en su potencia exportadora y en las fuertes inversiones estatales, está comenzando a dar signos de agotamiento: lejos queda ya el crecimiento en dobles dígitos de su PIB (en

2012, un 7,9%), y todavía es una incógnita si la reorientación de la actividad económica hacia el aumento del consumo interno tendrá el éxito esperado.

De este modo, toman todavía más importancia las relaciones comerciales que China mantiene con Japón y Corea del Sur, de gran magnitud (los intercambios comerciales entre las tres potencias sumaron 690.000 millones de dólares en 2011), y las inversiones extranjeras directas, de las que China es la principal receptora a nivel global. Ambas categorías podrían verse seriamente afectadas por un conflicto bélico en la península coreana.

Además, en 2002 se comenzó a estudiar la viabilidad de una zona de libre comercio entre China, Japón y Corea del Sur, cuyas negociaciones para la adopción de un Tratado que lo sancione ya están en marcha. De culminar con éxito la iniciativa, se daría cobertura a unos 1.500 millones de personas, que acumulan alrededor del 20% del PIB mundial, y suman casi el 18% del comercio internacional.

Los desafíos en el interior del país

En segundo lugar, China acaba de llevar a cabo el quinto relevo generacional de su élite dirigente, que se enfrenta a graves obstáculos en el interior del país (separatismos tibetano y uigur, crecientes demandas de una mayor igualdad económica y mejora de las libertades por parte de su población, lucha contra la corrupción, desafíos medioambientales, etc.), y no necesita más quebraderos de cabeza relacionados con su "incómodo" aliado norcoreano.

El PCCh tiene que dar soluciones a las demandas de la sociedad, cada vez con mayor poder adquisitivo, pero en el que la desigualdad alcanza límites alarmantes. Las críticas hacia el poder vertidas en las redes sociales no son más que la expresión de un sector de la sociedad, joven y urbanita, que ve como el milagro chino sólo beneficia un pequeño segmento del país, y que comienza a exigir mayores niveles de igualdad social.

Por otro lado, el Gobierno debe atender cada cierto tiempo a los conflictos nacionalistas y étnicos que se producen en el Tíbet y en la provincia de Xinjiang. Tristemente famosos son los enfrentamientos de 2009 en Urumqi, capital de Xinjiang, en los que murieron alrededor de 200 uigures musulmanes. Y en el Tíbet, disturbios como los de 2008, con inmolaciones de monjes incluidas, son una fuente constante de descrédito internacional para China.

A lo largo del 18º Congreso del PCCh, se reconoció la importancia del "desarrollo ecológico", según el cual, toda actuación económica, política y social debe tener en cuenta la necesidad de preservar el Medio Ambiente. Los índices de polución en China, tanto en el aire como en sus mares y ríos, obligan en muchas ocasiones a los habitantes del país a permanecer en el interior de sus domicilios, y son consecuencia de los pocos controles sobre la industria, que además depende en su mayoría del carbón.

Por último, la lucha contra la corrupción es uno de los aspectos a los que, se supone, más atención va a dedicar el Gobierno en esta nueva legislatura. Según palabras de Hu Jintao, anterior Presidente (2002-2012), "si fallamos en la lucha contra la corrupción, podría caer el Partido, e incluso el Estado". Esta lacra afecta a los políticos de alto nivel (el caso de Bo Xilai es el más famoso), pero es también preocupante entre los líderes locales.

La presencia militar de EEUU en la región

Y en tercer lugar, Corea del Norte es la mejor excusa para que EEUU, que cuenta con Tratados en materia de seguridad y defensa con Corea del Sur y Japón, intensifique su presencia en la región. Así, en Pekín se teme que Washington magnifique la amenaza norcoreana, utilizándola como coartada para modificar el carácter, el tamaño o las cualidades del despliegue de sus fuerzas basadas en el escenario asiático oriental.

No se puede obviar que China, a pesar de sus declaraciones de que está llevando a cabo un "levantamiento pacífico", es el único país capaz de discutir a EEUU la hegemonía en la región. El presupuesto de defensa chino, que si bien este año "sólo" crece un 10,7% (respecto a 2012, cuando creció un 11,6% respecto al año anterior), se calcula en casi 90.000 millones de euros: únicamente EEUU gasta más en este apartado. Los fondos se invierten, desde hace años, en la mejora de su equipamiento y, por tanto, en su capacidad de proyección al exterior, siendo éste el aspecto que los vecinos del gigante asiático, con el que mantienen diversas disputas territoriales marítimas, y EEUU, observan con preocupación.

Los líderes chinos siempre han defendido que su inversión militar es puramente defensiva y destinada a preservar la seguridad de sus fronteras. No obstante, EEUU ha aprovechado la crisis norcoreana para mostrar su enorme músculo tecnológico/militar, lanzando un claro mensaje a China destinado a reafirmar su tradicional dominio del Pacífico.

Influência do Soft Power chinês nos negócios

Anabela Rodrigues Santiago

Resumo

Num contexto de economia cada vez mais globalizada à escala mundial, as negociações têm sofrido evoluções e a postura dos países na cena internacional também. A mudança do eixo do poder dos Estados Unidos para a Ásia é um facto e existem explicações variadas para que tal aconteça. Uma delas é o chamado *Soft Power* da China que irá ser o objecto central desta reflexão. O *Soft Power* é a estratégia adoptada pela República Popular da China em matéria de diplomacia internacional, sendo uma forma de poder através da persuasão e não da coerção.

Desde a sua abertura em 1978, a economia da República Popular da China não parou de crescer. A partir da criação das suas Zonas Económicas Especiais, a China transformou-se na "Fábrica do Mundo" e agora assume-se também cada vez mais como "Mercado do Mundo", sendo crescente a sua influência na cena internacional.

Essa influência decorre de factores variados, como a taxa de crescimento da economia chinesa, o aumento do Investimento Directo no Estrangeiro, a participação em organismos de regulação internacional e o seu *Soft Power*. Com efeito, a China é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, membro do G-20 e entrou para a Organização Mundial de Comércio em 2001, sendo inegável a escalada da sua presença nas diversas frentes à escala mundial.

O *Soft Power* tem sido o factor menos referenciado, mas tem vindo a desempenhar um papel crucial. Foi usado pela primeira vez pelo professor Joseph Nye, professor da Universidade de Harvard, no contexto das relações internacionais na década de 1980. Para o professor: *"(…) poder é a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para conseguir o resultado que se quer."* . E ainda : *"O conceito básico de poder é a habilidade de influenciar outros a fazer o que você quer. Há três maneiras de se fazer isto: uma delas é ameaçá-los com galhos; a segunda é comprá-los com cenouras; e a terceira é atrai-los ou cooperar com ele para que queiram o mesmo que você. Se você conseguir atraí-los a querer o que você quer, te custarão muito menos cenouras e galhos*."

No caso da China, o *Soft Power* já estava presente durante o período da dinastia Ming, que foi desde 1368 a 1644. Nessa altura, o país viveu um período de grandes viagens marítimas, com as expedições de *Zhang He*, o que lhe permitiu descobrir o mundo (partes da Ásia e a Índia). Durante essas viagens, havia trocas comerciais, nas quais a China tentava escoar os seus produtos – a seda, o chá e as porcelanas essencialmente - e comprava âmbar, pedras preciosas e especiarias, sobretudo pimenta. As trocas comerciais eram favoráveis,

mas o regime imperial referia-se a elas como sendo uma troca de presentes entre ambas as partes. Esses países eram tidos como países vassalos da China, a quem tinham de prestar tributos e daí nasceram a vassalagem universal e o comércio tributário. Foi uma época de grande esplendor e poderio da China que preferiu comprar a vassalagem política, em vez de se impor pela força da conquista. Também já era usado no século XVIII, quando os emigrantes dessa altura - ou seja, os comerciantes espalhados na costa da Índia - ocupavam o papel de comerciantes na primeira acepção da palavra, ou sejam eram mercadores que estabeleciam a ponte entre as populações indígenas e os colonos europeus da época, optando por não interferir nos assuntos internos dos povos.

Assim, o *Soft Power* pode ser entendido como uma estratégia de diplomacia internacional que visa dar a conhecer a posição de um país, sem recurso a estratégias militares (por oposição ao *Hard Power*) ; tem simultaneamente fins políticos e económicos.

No entanto, no caso da China, teve o seu verdadeiro ponto de partida em 1997, após o rebentar da "crise asiática". Perante o cenário de crise, o governo chinês recusou desvalorizar a sua moeda para não afundar ainda mais as economias dos seus países vizinhos. Foi apenas o primeiro de muitos passos. A partir daí, os líderes chineses enfatizam nos seus discursos que o Império do Meio se preocupa em ouvir as vozes das outras nações e em ajudar aquelas que necessitam de ajuda externa. Deste modo, o uso do *Soft Power* traduz-se na posição que o país assumiu em matéria de diplomacia internacional. Isto porque a China respeita determinados princípios, como por exemplo, o princípio da auto-determinação dos povos, a não-ingerência nos assuntos internos de Estados terceiros, entre outros. Projeta assim uma imagem de nação inofensiva e pacífica, tendo lançado, segundo Joshua Kurlantzick, uma "operação de charme" no sudeste asiático primeiro e no resto do mundo a seguir. O governo chinês pretende também levar os seus credores a retribuírem o apoio que lhes tem dado, em determinadas ocasiões específicas perante a comunidade internacional, como por exemplo, nas reuniões do Conselho das Nações Unidas. Esse mesmo governo é até reticente na hora de revelar as ajudas externas, uma vez que elas podem ser mal-interpretadas internamente, dado que a China ainda tem dentro de portas muita população pobre, principalmente nas zonas rurais do interior.

Podemos afirmar que a aplicação do *Soft Power* tem vindo a beneficiar as transacções comerciais e a economia em geral da República Popular da China. Tais consequências devem-se ao facto do País recolher o apoio de países terceiros, nomeadamente, países em vias de desenvolvimento, tais como Angola e outros países africanos, ou países da América Latina, como o Brasil e outros, e esse factor é facilitador da sua entrada nesses mercados. Não é por acaso que as trocas comerciais com países do continente africano e da América Latina aumentaram exponencialmente, tendo a China entrado em mercados geograficamente cada vez mais distantes e diversificados.

Efetivamente, de acordo com o "*Financial Times*", entre os anos de 2008 e 2010, o total de empréstimos da República Popular da China ultrapassaram em 10 mil milhões a ajuda dada pelo próprio Banco Mundial. Em Julho de 2012, durante a 5ª Conferência Ministerial China- África, o então presidente chinês Hu Jin Tao anunciou um aumento da ajuda a África, traduzindo-se na atribuição de 18 mil bolsas universitárias a estudantes africanos, e na oferta de formação profissional a 30 mil técnicos africanos. De Janeiro a Outubro

de 2012, os novos contratos assinados entre o governo africano e empresas chinesas ascenderam a 38 bilhões de dólares, representando 1/3 do investimento total da China no estrangeiro na área da construção.

A China atribuiu também 21 milhões de dólares ao governo cabo-verdiano para apoiar o desenvolvimento do arquipélago, em áreas como a habitação, o turismo, o sector energético, os transportes e tecnologias de informação. Colocou também uma linha de crédito no valor de 63 milhões de euros à disposição de Cabo Verde para a construção de habitações, no âmbito do projecto intitulado "Casa para Todos".

Esta ajuda sem precedentes na história mundial é uma marca de *Soft Power,* pois traduz-se numa ajuda rápida, sem burocracias e, acima de tudo, sem fazer exigências de ordem política, ambiental ou social aos países ajudados. Trata-se portanto de ajuda sem ingerência nos assuntos internos, com interesse apenas de ordem económica reflectido essencialmente na busca de recursos energéticos e minerais. A grande diferença dos investimentos chineses é que Pequim não faz qualquer espécie de prerrogativa para as ajudas e parcerias estabelecidas, enquanto os países ocidentais exigem que as nações cumpram pré-requisitos em aspectos como o respeito pelos direitos humanos. Para muitos, esta situação suscita críticas negativas e é encarada como uma forma de "neocolonialismo".

Mas, em suma, as maiores conquistas que a China pretende alcançar através do recurso ao uso do *Soft Power* são:

- Convencer o Mundo de que é uma nação pacífica, que não pretende recorrer ao uso da força para marcar a sua presença;
- Ser um ator a nível mundial, com uma postura diferente da dos Estados Unidos da América (*Hard Power*) e deste modo conseguir obter os recursos de que necessita para continuar o seu crescimento económico;
- Isolar o poder de Taiwan e tentar consolidar a reunificação total da China

Pode-se concluir que o *Soft Power* é parte integrante da estratégia de "*peaceful rise*" da República Popular da China, é usado como uma forma de apagar o criticismo internacional que pode surgir em seu redor por questões de ordem variada, como por exemplo, questões ambientais ou ligadas ao respeito pelos direitos humanos. Em termos negociais, tem servido para estabelecer uma lógica de "*win-win negotiations*", para fomentar a "parceria estratégica" do país com a União Europeia e a entrada noutros mercados emergentes, como o Brasil, e no continente africano.

Referências Bibliográficas

Kurlantzick, Joshua (2007) , *Charm Offensive*, Yale University Press
Naisbitt , John (1997) , *Megatrends Asia*, Touchstone Edition / Simon & Schuster
Nye, Joseph (2004), *Soft Power: the means to success in world politics*, Public Affairs
Revista "África 21", publicação nº67 , edição de Setembro 2012

Relaciones chino-latinoamericanas a inicios de la segunda década del siglo XXI

Dr. Eduardo Daniel Oviedo

Introducción

Las relaciones políticas y económicas entre China y los países de América Latina y el Caribe crecieron rápidamente durante la primera década del siglo XXI. Los progresos de la modernización en la potencia asiática mejoraron su posición en el sistema internacional, con influencia creciente en la región, ocupando un rol cada vez más importante en las políticas exteriores de los países latinoamericanos.

En efecto, si bien la región está ubicada fuera de la periferia china, la conjunción de intereses chinos y latinoamericanos otorgó mayor densidad a la relación. En materia política, el gobierno del Partido Comunista Chino continuó prestando atención al contencioso diplomático con Taiwán en la región, aún después de la llegada del Partido Nacionalista al poder en 2008 y la distensión de las relaciones entre las autoridades de China continental y la isla. En materia económica, los logros de la modernización en China y su tracción sobre los procesos de crecimiento desplegados en Latinoamérica han conformado una estructura combinada de intereses complementarios y tensiones comerciales.

Buscando estabilizar el abastecimiento de productos primarios, China crea redes de intereses complementarios con los países latinoamericanos ricos en recursos naturales, renovables o no renovables, aunque en países dispuestos a *des-primarizar* sus economías simultáneamente emergen tensiones comerciales. Esta doble situación conduce a la existencia de dos diferentes orientaciones políticas en la región: por ejemplo Chile y Perú están dispuestos a aceptar la nueva división internacional del trabajo propuesta por China y despliegan el vínculo con la potencia asiática en el marco de relaciones centro-periferia; mientras que los miembros del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), si bien continúan expandiendo sus vínculos con China en ese tradicional esquema, al mismo tiempo buscan superarlo con la *des-primarización* económica. En el primer caso, la cooperación prevalece sobre el conflicto; mientras que en el segundo, la tensión comercial será igual o mayor que la cooperación.

Estas cuestiones son tratadas en las tres partes en que se divide el presente capítulo. La primera parte describe la nueva estructura de fuerzas con capacidad de influir en América Latina y el Caribe. La segunda, analiza el modo de relacionamiento entre los estados atendiendo a la teoría del sistema-mundo[1] y diversos criterios económicos, como los términos del intercambio; el Producto Interno Bruto (PIB) de los estados y el PIB per cápita, tanto estimado en términos absolutos como en función de la paridad de poder adquisitivo

(1) **Immanuel Wallerstein**, *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century,* University of California Press, Los Ángeles, 2011.

(PPP). Por último, la tercera parte analiza los intereses económicos que acota el carácter periférico de Latinoamérica y la posicionan más próxima al interés nacional chino.

Al desagregar estos intereses, aparecen tres aspectos que son, al menos, esenciales estudiar de forma introductoria. Primero, la precondición del gobierno de la República Popular China sobre la necesidad de que los países y organizaciones regionales respeten el "principio de una sola China" tanto para establecer o desarrollar de forma normal las relaciones bilaterales. Segundo, la formación de intereses económicos que emergen como consecuencia de la inserción de Latinoamérica en el modelo productivo chino. Aquí aparece el dilema sobre la exportación de los recursos no-renovables y la complementariedad en los renovables, con la permanente esperanza de los países latinoamericanos de agregar valor a la producción primaria. Luego, para ejemplificar la emergencia de tensiones comerciales, se analizará brevemente la crisis entre Argentina y China acaecida en 2010 con motivo de la prohibición china a la importación de aceite crudo de soja argentino. Por último, dada la importancia que ha tenido en los últimos años, se esbozarán algunos factores que motivaron el cambio en la política de inversiones extranjeras directas de China en América Latina.

1. Cambios en la estructura de grandes potencias que influyen en América Latina

Tras casi medio siglo de bipolaridad (1945-1991), donde Estados Unidos y la Unión Soviética ejercieron exclusivamente capacidades globales de acción, el orden internacional consolidó dos décadas de desconcentración del poder mundial, con la consecuente reconfiguración de los Estados centrales. En este proceso histórico, Latinoamérica no escapó al cambio internacional que modificó el calibre de las fuerzas exógenas que operaron (y aún siguen operando) sobre la región. Entre estas fuerzas se encuentra China, cuya influencia en América Latina y el Caribe ha sido consecuencia de más de tres décadas de crecimiento económico que propulsó la expansión política y amplió el ámbito de su interés nacional; especialmente desde fines de los noventa, cuando erradicó el colonialismo de su territorio y perforó la frontera de potencia media para ingresar al selecto "club" de los Estados centrales[(2)].

Como la desintegración de la Unión Soviética significó una reforma y no un cambio revolucionario del orden internacional, la nueva estructura de fuerzas exógenas a la región mantuvo resabios de la anterior e incorporó a los "recién llegados". Así, Latinoamérica continuó bajo la égida de la hegemonía de Estados Unidos, incluso a pesar de la erosión de su economía, provocada por la crisis de las hipotecas *subprime.* Esta hegemonía ha perdido el carácter absoluto de los tiempos del Consenso de Washington y es contrarrestada por la creciente influencia de China, conformando una nueva relación de fuerzas, que ha sido institucionalizada en el diálogo diplomático sobre asuntos latinoamericanos entre la Oficina para Asuntos del Hemisferio

(2) Estos dos hechos refieren al ingreso de China en el oligopolio de grandes potencias económicas en 1998 y a la retrocesión de la soberanía china sobre Macao implementada al año siguiente. Ver: Eduardo Daniel Oviedo, *China en Expansión. La política exterior desde la normalización chino-soviética hasta la adhesión a la OMC, 1989-2001,* EDUCC, Córdoba, 2005.

Occidental del Departamento de Estado y la Dirección de América Latina y Caribe de la cancillería china[3].

Esta puja y colaboración por la región entre el "número uno" y el "número dos" de la economía mundial es observada pasivamente por los miembros de la Unión Europea, cuya influencia en la región entró en franco retroceso comercial y financiero desde el inicio de la crisis europea, aunque manteniendo su impronta cultural. Precisamente, aprovechando esta influencia cultural y los tradicionales vínculos, algunos gobiernos europeos –España y Portugal en particular- en vano han tratado de intermediar en las relaciones chino-latinoamericanas apostando a un supuesto esquema triangular, inexistente en la práctica y resistido tanto en Beijing como en las capitales latinoamericanas.

La creciente influencia de China en la región es paralela al deterioro del limitado accionar diplomático de Taiwán, que mantiene en la región a doce de los veintitrés Estados que la reconocen como entidad política en el mundo. A su vez, como actores de un peculiar subsistema, estas dos unidades políticas compiten con Corea y Japón por los recursos naturales de la región; y todas estas fuerzas se unen a la escasa presencia de Rusia e India. Esta nueva lucha por el poder en América Latina es completada por la emergencia de Brasil como fuerza endógena creciente, pues al ser la quinta economía del mundo también es miembro del selecto "club" de grandes potencias económicas desde 2007; cuyo accionar a nivel regional es descripto claramente por el concepto chino de "pequeño hegemonismo" *(xiao baquanzhuyi),* comúnmente denominado en Occidente como hegemonía regional.

Por lo tanto, la puja bi-hegemónica sobre la región durante el orden bipolar ha sido reconvertida en la puja hegemónica entre Estados Unidos, la decreciente influencia de la Unión Europea y la creciente influencia de China y de otras pequeñas fuerzas con interés en las materias primas de la región (India, Rusia, Corea o Japón). Esta puja es política, comercial y, desde inicios de la segunda década del siglo XXI, financiera. Es aquí, donde la multipolaridad del sistema internacional cobra vida en la región a través de la competencia y tensión entre estas fuerzas exógenas y la creciente influencia endógena de Brasil. En consecuencia, el diseño de las políticas exteriores de los gobiernos de América Latina y el Caribe deben considerar la nueva situación de poder que implica observar la confrontación y cooperación entre estas fuerzas, para desarrollar políticas de equilibrio con miras a expandir el crecimiento económico y al mismo tiempo garantizar sus independencias políticas.

2. Modo de relacionamiento con China

La dinámica política de las dos últimas décadas varió la relación de poder entre China y los países latinoamericanos. Considerada en la década del setenta como una relación equilibrada con las principales economías latinoamericanas, devino en relación asimétrica cuando China acumuló una cuota mayor del poder internacional. Por eso, al inicio de la segunda década del siglo XXI vale la pena preguntar ¿a qué modelo o esquema pertenecen las relaciones entre China y los países de América Latina? En principio, se descarta la

(3) Este diálogo comenzó en 2006 en Beijing entre Thomas Shannon y Zeng Gang (posterior embajador en Argentina y México).

idea de considerar a América Latina como un todo y es necesario desagregar la relación debido a la heterogeneidad de poder de los estados de la región, de la misma manera que los gobiernos latinoamericanos enfrentan las relaciones con los estados asiáticos.

Combinando la teoría del sistema-mundo(4) con la posición de los países en la estructura económica internacional(5), las relaciones entre China y los estados latinoamericanos claramente aparece divididas en tres diferentes tipos económicos, estimados en términos del Producto Interno Bruto de las naciones publicado por el Banco Mundial: a) China y Brasil mantienen desde 2007 una relación centro-centro (debido a las capacidades de grandes potencias económicas de ambas naciones: China desde 1998 y Brasil desde 2007); b) China y México implementan relaciones centro-semiperiféricas (China como estado central y México como mediana economía) y; c) el resto de las economías latinoamericanas mantienen relaciones centro-periféricas con China.

Tabla N° 1: Tipo de relación en base a la posición de las economías en la estructura económica mundial

Países	Tipo
China - Brasil	Centro – Centro
China - México	Centro – Semi-Periferia
China - Otros países	Centro – Periferia

Criterio: Posición en la estructura económica internacional.

El modelo de interacción cambia al aplicar la teoría de los términos del intercambio de Raúl Prebisch, donde las relaciones entre China y los países de América Latina pertenecen al esquema centro-periferia: los países latinoamericanos exportan principalmente productos primarios a China y el estado asiático exporta productos industriales a América Latina. Por ejemplo, en el año 2010 el 73.7% de las exportaciones argentinas a China fueron materias primas; mientras el 98% de las ventas chinas hacia aquel país correspondieron a productos industriales(6). Similar situación ocurrió en Brasil y México, pues en el año 2009 Brasil exportó 78.2% y México 56.7 % de productos primarios a China(7).

(4) Immanuel Wallerstein, *ob. cit.,* ps. 348-350.

(5) Las categorías de centro, semi-periferia y periferia de la teoría del sistema-mundo considera a las regiones y no a los estados como unidad de análisis. Por eso, dichas categorías se han combinado con la posición que cada estado ocupan en la economía mundial.

(6) Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de la República Argentina, *Intercambio Comercial Argentino,* INDEC, Buenos Aires, 2010.

(7) Gustavo Bittencourt (editor), *El impacto de China en América Latina: comercio e inversiones,* Red Mercosur de Investigaciones Económicas, Montevideo, 2012.

Tabla N° 2: Tipo de relación en base a la composición del comercio bilateral

Países	Tipo
China - Todos los países de América Latina	Centro – Periferia

Criterio: Teoría de los términos del intercambio.

También el modelo sufre modificaciones según el PIB per cápita, debido al impacto que la magnitud de la población china ejerce en su economía, perteneciendo ambas partes a la clase de "economías de ingresos medios altos" estipulada por el Banco Mundial(8). China, con 4.940 dólares por habitante, está ubicada en el estrato inferior de la categoría; mientras algunos países de la región en la parte superior de la misma, próximo a la categoría de ingresos altos. Este es, precisamente, el criterio más favorable a China y el que argumenta constantemente en el plano multilateral para defender su interés nacional, tanto sobre las cuestiones económicas, ambientales y sociales.

Tabla N° 3: Tipo de relación en base al PIB per cápita

			Ingreso per cápita 2010	
Países	**Tipo**	**China**	**PIB**	**PIB**
Argentina	ingreso medio alto	– ingreso medio alto	9.740	17.250
Brasil	ingreso medio alto	– ingreso medio alto	10.720	11.500
Chile	ingreso medio alto	– ingreso medio alto	12.280	16.330
México	ingreso medio alto	– ingreso medio alto	9.240	15.060
Venezuela	ingreso medio alto	– ingreso medio alto	11.920	12.620
Otros países	ingreso medio bajo	– ingreso medio alto		
Otros países	ingreso bajo	– ingreso medio alto		
China			4.940	8.450

Criterio: PBI per cápita del Banco Mundial (hoy INB per cápita)

(8) "Las economías se dividen de acuerdo con el INB per cápita de 2011, el que se calcula usando el método Atlas del Banco Mundial. Los grupos son: ingresos bajos, US$ 1.025 o menos; ingresos medianos bajos, US$ 1.026 a US$ 4.035; ingresos medianos altos, US$ 4.036 a US$ 12.475; e ingresos altos, US$ 12.476 o más." Ver Banco Mundial, Datos. Para la clasificación de países, (Washington: Banco Mundial, 2011) http://data.worldbank.org.CN/about/country-classification

Incluso, al estimar el ingreso nacional per cápita en base a la paridad de poder adquisitivo (PPP) se forma un extraño fenómeno: en 2010 Argentina, Chile, México y Venezuela ingresaron en la categoría de las economías de altos ingresos y China mantiene su posición en la categoría de las economías de ingresos medios. Por lo tanto, China pasa a ser semi-periferia de Argentina, Chile, México y Venezuela que en base al PIB per cápita, estimado en PPP, pasan a ser economías centrales[9]. Esta situación, ridícula desde el plano político, produce un engaño en cuanto a las capacidades de las partes y al menos cuestiona la validez del ingreso per cápita como criterio clasificador de las naciones, especialmente cuando existe un factor tan distorsionante como es la tamaña población china.

3. América Latina: de periferia china a mayor densidad en la relación.

Desde un punto de vista geopolítico, América Latina está ubicada fuera de la zona de seguridad directa del interés nacional chino y también al margen de su zona de seguridad estratégica[10]. Por eso, América Latina es una región más que periférica para el gobierno chino. Sin embargo, existen dos factores que alteran esta condición y motivan al régimen a prestar atención a la región: 1) la permanencia del irresoluto contencioso sobre la unidad política hace que el gobierno de China sigue de cerca el vínculo diplomático que Taiwán mantiene con algunos países latinoamericanos, así como el accionar del *lobby* taiwanés en países que reconocen a la República Popular China; 2) los intereses generados por el vertiginoso crecimiento de la economía china y las necesidades de abastecimiento de materias primas y búsqueda de mercados que requiere el modelo exportador chino.

3.1. China y su precondición política hacia América Latina

De un total de veintitrés países del mundo que reconocen a la República de China en 2012, doce están situados en América Latina: uno en América del Sur (Paraguay) y once en América Central y el Caribe[11]. Por eso, el principal punto del "Documento sobre la Política de China hacia América Latina y el Caribe", publicado en noviembre de 2008 por el gobierno de la República Popular China, considera que: "El principio de una sola China constituye la base política sobre la cual China establece y desarrolla relaciones con los países latinoamericanos y caribeños y las organizaciones regionales"[12]. Esta es la única precondición estipulada en el documento para establecer y desarrollar relaciones con la República Popular China.

(9) Eduardo Daniel Oviedo, *Argentina facing China: modernization, interests and economic relations model,* en East Asia: An International Quarterly, East Asia, An International Quarterly, noviembre 2012, p. 3. link.springer.com/article/10.1007%2Fs12140-012-9184-1

(10) El ámbito geográfico del interés nacional de China se dividen en zona de seguridad directa y zona de seguridad estratégica. Básicamente, la zona de seguridad directa corresponde al anillo interior que circunda China y los países limítrofes y próximos; mientras que la zona de seguridad estratégica forma el anillo exterior, fuera de la zona de seguridad directa, y que abarca a países de la ex Unión Soviética y Europa oriental, Oriente Medio, la región Central y Sur de Asia y el Pacífico Sur. Si bien el estudioso chino Xi Shuguang propuso esta clasificación tempranamente en 1992, y desde entonces China ha incrementado su esfera geográfica de influencia internacional, América Latina aún continúa ubicada fuera de ambos círculos. Shuguang Xi (comp.), *Gran estructura mundial,* Ed. Sichuan Renmin, Chengdu, junio de 1992, ps. 462-463.

(11) Estos son: Panamá, Haití, República Dominicana, Salvador, Guatemala, Honduras, San Cristóbal y Nieves, San Vicente y las Granadinas, Belice, Nicaragua y Santa Lucía.

(12) República Popular China, *Documento sobre la Política de China hacia América Latina y el Caribe,* Beijing, 5 de noviembre de 2008, http://www.spanish.xinhuanet.com/spanish/2008-11/05/content_755420.htm

Sin embargo, desde que Ma Ying-jeou, líder del Guomindang o Partido Nacional, accedió al poder en el año 2008, Taiwán desplegó una política de aproximación a China y distendió la relación a través del Estrecho, erosionada durante la gestión del Partido Demócrata Progresista por su política de independencia (2000-2008). Por eso, desde que Costa Rica reconoció a la República Popular China y el gobierno de Santa Lucía restableció vínculos diplomáticos con Taiwán en el año 2007, las dos partes han mantenido la controversia sobre el reconocimiento internacional en *status quo,* creando un clima de cordialidad en el estrecho de Taiwán que se ha visto jalonado por los intercambios económicos, postales, culturales y turísticos[13], así como la firma del Acuerdo Marco de Cooperación Económica en 2010, que en la práctica opera como verdadero tratado de libre comercio entre las partes. Sin embargo, los doce gobiernos latinoamericanos que reconocen a la República de China aun proporcionan espacio diplomático a Taiwán, hecho que obliga a la República Popular China a seguir aplicando la política exterior de apertura y de rechazo al aislamiento, interviniendo para defender su carácter exclusivo en la representación del Estado chino.

3.2. Inserción de América Latina en el modelo exportador chino.

El crecimiento constante de la economía china creó un circuito virtuoso de capital, producción y mercado a escala global. En su primera fase, iniciada con la apertura económica a fines de los setenta, el círculo se caracterizó por la llegada de inversiones extranjeras a China, que en condiciones ventajosas otorgadas por el gobierno comunista, crearon empresas de capital exclusivo o *joint venture* para producir en zonas especiales y exportar al mundo.

Esta tendencia fue interrumpida por la inestabilidad política provocada por los sucesos de la Plaza Tiananmen. Según el Banco Mundial, entre 1989 y 1990, la economía china quedó estancada, con crecimiento de 4,1% y 3,8%, respectivamente, y la incertidumbre política cernía sobre el camino a seguir por el Partido Comunista Chino. En 1991 China retoma el sendero del crecimiento acelerado que mantendrá constante durante las próximas dos décadas.

En esta segunda fase es cuando los altos niveles de productividad de la economía china encuentran deficiente la oferta de materias primas proveniente de su propio territorio y comienza a importarlas desde otras partes del mundo para mantener estable su proceso de industrialización. Al mismo tiempo, China expande su deprimido mercado doméstico, que si bien en términos de población siempre ha sido importante, no lo era en términos de consumo. Precisamente, en esta segunda fase, los países latinoamericanos se insertan en el modelo productivo chino con la exportación de materias primas, que por inexistencia o escases deben ser importadas por China con mayor frecuencia desde el exterior. Sin embargo, a fines de la primera década del siglo XXI la oferta mundial comienza a ser también deficiente para la planificación china y sus empresas son estimuladas a salir al mundo para invertir y mantener la continuidad del abastecimiento; si bien la crisis económica mundial está mostrando el agotamiento del modelo, con interrogantes sobre cuál sería el nuevo camino a seguir por China.

(13) Refiere a los cuatro acuerdos (seguridad alimentaria, servicio postal y transporte marítimo y aéreo)firmados entre Chen Yunlin, presidente de la Asociación de Relaciones entre Ambos Lados del Estrecho de Taiwán y Chiang Pin-kung, presidente de la Fundación para los Intercambios a través del Estrecho en el mes de noviembre de 2008.

Como consecuencia, la economía china traccionó a las economías latinoamericanas y éstas se insertaron en el esquema chino como proveedoras de materias primas y constituyeron mercados para sus exportaciones. Este efecto de arrastre favorece la creación de intereses complementarios entre las partes, pero al mismo tiempo emergen intereses contradictorios originados por el choque entre los procesos de modernizaciones implementados en China y Latinoamérica, a saber:

a) El dilema latinoamericano frente a la exportación de recursos no renovables a China.

Los países de América Latina enfrentan el dilema de los recursos naturales no renovables cuando definen sus intereses económicos a corto y largo plazo respecto de China (y de otras potencias). Estos recursos no renovables (como minerales, metales, agua y combustibles fósiles) son esenciales para estabilizar y dar continuidad al modelo productivo chino. Pero, como China, los países de América Latina también tienen el objetivo de modernizar sus economías y, en su devenir, requieren en el presente (y requerirán cada vez más en el futuro) energía y minerales. Si estos países venden actualmente sus recursos no renovables, obstaculizarán el desarrollo de la modernización en el futuro, y se verán obligados a buscar recursos en otras partes del mundo, como China hoy lo hace después de expoliar los propios.

En contraste, actualmente los gobiernos de América Latina obtienen beneficios reales y tangibles a corto plazo provenientes de la exportación de estos recursos: por ejemplo, el cobre de Chile, el petróleo de Colombia, Ecuador y Venezuela o el mineral de hierro de Brasil proporcionan ingentes cantidades de divisas extranjeras a sus presupuestos nacionales. Sin embargo, debido a que estos recursos son limitados, la carencia de los mismos a futuro obstaculizará el interés a largo plazo y tendrá efectos no deseados sobre la modernización de los países latinoamericanos.

La explotación de los recursos y su exportación a países extranjeros de hoy serán obstáculos para el crecimiento y desarrollo futuros de la región. Por lo tanto, desde la perspectiva del pragmatismo latinoamericano y los objetivos a largo plazo, estos recursos deben ser protegidos o racionalmente explotados para servir al objetivo de la modernización de las economías latinoamericanas, en lugar de ayudar al desarrollo económico de otros países. Por eso, excepto aquellos países que tradicionalmente han exportado estos recursos y cuyas economías son altamente dependientes de los mismos, como Chile y Bolivia, el resto de los países latinoamericanos deberán encontrar al menos un equilibrio entre los intereses de corto y largo plazo en la aplicación de sus políticas comerciales.

b) Recursos renovables e intereses complementarios.

Además de los mencionados recursos no renovables, los recursos renovables son una parte importante de las relaciones comerciales. Los intereses complementarios aparecen en la exportación de productos primarios a China y la importación de productos industriales chinos a la región. Sin embargo, todos los países latinoamericanos que exportan estos recursos (como la soja de Argentina y Brasil, el algodón de Paraguay o la lana de Uruguay) desean agregar valor industrial; mientras el gobierno chino busca continuar comprando los productos primarios para agregar valor en su territorio, excepto aquellos productos

que por diversos factores son más conveniente importarlos ya industrializados, como el cuero curtido y otros.

Además, la venta de *comodities* desarrolla el sector primario produciendo la *primarización* las economías de América Latina. En efecto, la demanda de China, India y otros países emergentes elevan los precios mundiales de las materias primas y sus subproductos, con ingentes beneficios a los países que exportan dichos bienes. Sin embargo, puesto que los productos primarios atraen ingentes divisas extranjeras, simultáneamente aprecian las monedas locales en América Latina, generando el rápido desarrollo del sector primario y la pérdida de la competitividad de la industria. Esto es lo que los economistas comúnmente denominan la "enfermedad holandesa" y que puede verse en algunos países latinoamericanos en la actualidad, especialmente Brasil.

Gráfico N° 1

Primarización de la economía



Las diferentes estructuras económicas y las modernizaciones de las partes hacen que al definir los intereses económicos nacionales hacia China, los países de América Latina se dividen en dos orientaciones políticas diferentes. Algunos países, como Chile y Perú, desean desarrollar las relaciones con China en el marco del esquema Centro-Periferia y la nueva división internacional del trabajo que propone el país asiático, firmando tratados de libre comercio. Cuba sigue un camino similar ante el bloqueo norteamericano, pues los productos chinos dan un respiro a su fatigada economía. Otros países, como los miembros del Mercado Común del Sur, mientras sigue desarrollando las relaciones comerciales dentro del modelo centro-periferia, también quieren superar el marco económico tradicional con la des-primarización económica y evitan firmar acuerdos que empeoren la competitividad de sus industrias nacionales. En el primer grupo, la cooperación es más probable que el conflicto; en el segundo grupo, la tensión será igual o mayor que la posibilidad de complementación.

c) Ejemplo de tensión comercial: la crisis en torno al aceite de soja en el comercio chino-argentino

A fines de marzo de 2010, el gobierno chino decidió prohibir la importación de aceite de soja desde la Argentina. Así, comenzó la primera crisis comercial de importancia desde la normalización de las relaciones diplomáticas en febrero de 1972.

El gobierno chino, a través del ministerio de Comercio, argumentó la prohibición como si se tratara de un problema técnico, basado en la resolución BT 1535/2003, que estableció un límite máximo de 100 partes por millón de residuos de hexano para los embarques de aceite crudo de soja,(14) superior al estándar estipulado por el CODEX Alimentarius. En contrario, expertos argentinos negaron la existencia del problema técnico y consideraron que la decisión china encubría una medida retorsiva,(15) hacia los obstáculos impuestos por Argentina a la importación de bienes manufacturados chinos desde el inicio de la crisis económica mundial(16). La decisión del ministerio de Comercio de China ponía también en evidencia la competencia entre Argentina y China para dirimir la apropiación del valor agregado proveniente de la molienda de los granos de soja, problema que afecta a los intereses de las regiones del Gran Rosario, de Argentina, y Huadong, en China.

Esta crisis bilateral emergió en momento en que ambas naciones sufrían los efectos de la crisis económica mundial, e incrementaban las medidas proteccionistas para evitar desequilibrios y obtener *superávits* comerciales. Además, los datos estadísticos que miden el comercio bilateral en ambos países son disímiles y generan percepciones diferentes entre los tomadores de decisiones gubernamentales. En base a los datos del Buró Nacional de Estadísticas de China (NBSC por su sigla en inglés), las autoridades del país asiático perciben a la Argentina como "ganadora" en el comercio bilateral. En contrario, basado en el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), el gobierno argentino entiende que al menos en la última década existieron "dos ganadores". Solamente tomando el intercambio del año 2008 podremos entender tal diferencia: en ese año, para el INDEC, Argentina tuvo un déficit de 707 millones de dólares; mientras que para el NBSC, Argentina tuvo superávit por 4.320 millones. Conjuntamente, previo al estallido de la crisis, la problemática de derechos humanos había perturbado el buen clima bilateral, siendo que la restricción comercial también puede ser interpretada como una medida reactiva del gobierno chino, opuesta a la decisión de las autoridades judiciales argentinas de solicitar la captura internacional del expresidente Jiang Ze Min y del ex miembro del politburó Luo Gang, acusados por violaciones a los derechos humanos en China(17).

(14) El hexano es un químico utilizado para la extracción del aceite de las semillas oleaginosas.

(15) Las retorsiones "son medidas lícitas (esto es, no prohibidas por el derecho internacional), aunque calificables de perjudiciales e inamistosas, adoptadas por un Estado en respuesta a lo que considera actos ilícitos previos de otro Estado." Juan Carlos Pereira (coord.), *Diccionario de Relaciones Internacionales y Política Exterior,* Ariel, Barcelona, 2008, ps. 220-221.

(16) Las medidas anti-dumping tuvieron incremento luego de un periodo de gradual declive desde 2000 hasta 2007 y esto puede indicar una tendencia a elevar las tensiones comerciales. Ver Zhao Zhongxiu, *Sino-Argentine Trade Relations: From 2000 to 2010,* en Carlos Juan Moneta y Sergio Cesarin (editores), *Tejiendo redes. Estrategia de las empresas transnacionales asiáticas en América Latina,* Eduntref, Buenos Aires, 2012, p. 112.

(17) Eduardo Daniel Oviedo, *Historia de las Relaciones Internacionales entre Argentina y China,* Editorial Dunken, Buenos Aires, 2010, ps. 476-477.

Esta *realeconomic* de China provocó la respuesta de Argentina. En términos generales, durante la primera década del siglo XXI, las exportaciones argentinas de soja y subproductos representaron entre el 65% y el 85% del total anual exportado a China, siendo el principal componente del comercio bilateral. Desde entonces los economistas argentinos consideraron que la interrupción de la compra de esta oleaginosa y sus derivados por parte del gobierno chino implicaría el derrumbe del "modelo soja-dependiente", aunque la pérdida del principal demandante de aceite crudo de soja sólo modificó la política comercial argentina a corto plazo. La misma reconvirtió su orientación hacia: 1) buscar mercados alternativos para colocar la producción de aceite de soja (India se transformó en el principal socio comercial de aceite de soja en el corto plazo, aunque hacia 2012 China recobró el ritmo anual de compras previo a la crisis); 2) mantener las exportaciones de soja a China y otros mercados; 3) elevar el corte de los combustibles líquidos con mayor porcentaje de biocombustibles, capaz de generar valor agregado con destino a la exportación y el mercado interno, a fin de provocar autoabastecimiento y reducir las importaciones de gas oil.

Es claro que el vínculo chino-argentino constituye una relación de poder asimétrica a favor de China. Pero cuando esta relación pasa del ámbito global a un régimen internacional específico, como es el mercado mundial de la soja y subproductos, Argentina acorta la asimetría originaria. Mientras China, como comprador, puede libremente abrir o cerrar su mercado; Argentina, como uno de los principales exportadores mundiales de soja y derivados, también tiene condiciones para ejercer una política comercial autónoma, superando las restricciones chinas al desarrollar los biocombustibles en base a soja, para obtener mayores beneficios de los que provee el mercado chino, exportando mayores volúmenes a Europa y otros países.

Una China que necesita energía y alimentos, no puede libremente encontrar estos productos en su mercado interno. Para China, cambiar la política comercial con la interrupción de los niveles de interdependencia requiere pagar un alto precio (no aparecido en esta crisis, porque China previamente mantuvo stock y con éxito importó aceite crudo de soja de Brasil y los Estados Unidos y compró soja de Argentina). En la terminología de Keohane,[18] Argentina no mostró la vulnerabilidad del "modelo soja-dependiente" sino sensibilidad ante la crisis. Incluso en el peor de los escenarios, es decir si China decide un día dejar de comprar soja y sus subproductos, existen alternativas viables para producir otros cultivos, o ante la depresión del mercado internacional, la producción nacional puede ser transformada hacia otros cultivos que requiera el mercado mundial. Esta es la característica de regeneración que tienen los recursos renovables y la variabilidad de cultivos que permite la agricultura. Por supuesto, esta situación no puede ser comparada con la rigidez de los recursos no renovables, como los minerales de América Latina que se venden a China.[19]

3.3 Cambio en la política de inversión de China en América Latina.

Conforme a los datos estadísticos chinos, desde el año 2005 América Latina es el segundo destino para las inversiones extranjeras directas (IED) de China en el mundo[20]. En 2010, la región representó el 15,3% del

(18) Robert O. Keohane y Joseph S. Nye, *Poder e interdependencia: la política mundial en transición,* Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, 1988.

(19) Para más detalles sobre este tema consultar el artículo de Eduardo Daniel Oviedo, *Argentina y China: causas de la disputa en torno al aceite de soja,* Estudios de Asia y África, N° 148, El Colegio de México, México, 2012.

(20) Ministerio de Comercio, Buró Nacional de Estadísticas y Administración Nacional de Divisas Extranjeras de la República Po-

total, superada ampliamente por Asia, pero distante de Europa y América del Norte[21].

Tabla N° 4: Porcentaje de las IED de China por regiones

Región	Porcentaje del total	En millones de dólares
Asia	65.3 %	44.890
América Latina	15.3 %	10.538
Europa	9.8 %	6.760
América del Norte	3.8 %	2.621
África	3.1 %	2.111
Oceanía	2.7 %	1.888
Total	100 %	68.811

Fuente: Ministerio de Comercio, Buró Nacional de Estadísticas y Administración Nacional de Divisas Extranjeras de la República Popular China, *Boletín Estadístico de Inversiones Extranjeras Directas de China 2010,* versión en idioma chino, Beijing, 2011, p. 10.

El 91,2% de las inversiones con destino hacia América Latina estuvieron concentradas en dos "paraísos fiscales": las Islas Vírgenes y las Islas Caimán. Sólo el restante 8.8% aparece como inversiones directas en otros países de América Latina[22].

pular China, *Boletín Estadístico de Inversiones Extranjeras Directas de China 2010,* versión en idioma chino, Beijing, 2011, p. 15.

(21) *Ibídem,* p. 15.

(22) *Ibídem,* p. 40-41.

Tabla N° 5: Principales destinos de IED no financiera de China en América Latina - 2005-2010

Países	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	0	6	136	10	-22	27
Bolivia	0	18	1	4	18	3
Brasil	15	10	51	22	116	487
Chile	1	6	3	0	7	33
Islas Caimán	5162	7832	2601	1524	5366	3496
Islas Vírgenes	1226	538	1876	2104	1612	6119
México	3	-3	17	5	0	26
Paraguay	-	-	-	3	6	27
Perú	0	5	6	24	58	139
Venezuela	7	18	69	9	115	94
ALC	6.466	8.468	4.902	3.677	7.329	10.538
Total Mundial	12.261	17.633	26.508	55.907	56.528	68.811

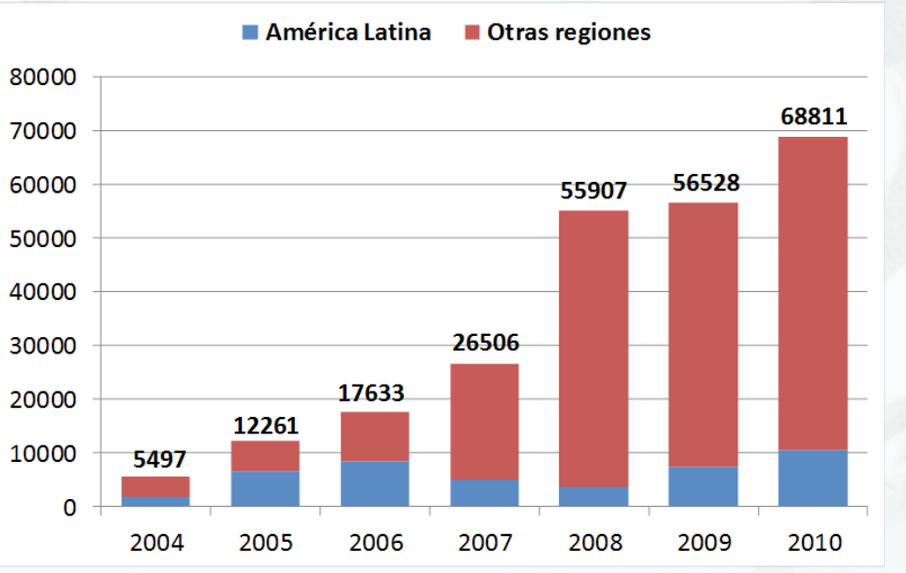
Fuente: Ministerio de Comercio, Buró Nacional de Estadísticas y Administración Nacional de Divisas Extranjeras de la República Popular China, *Boletín Estadístico de Inversiones Extranjeras Directas de China 2010,* versión en idioma chino, Beijing, 2011, p. 10.
Unidad: millones de dólares.

De acuerdo con los datos estadísticos de la CEPAL, en el año 2010 el país asiático realizó un punto de inflexión en sus inversiones en América Latina. Este año las inversiones chinas representaron el 9% de total ingresado a la región, destinadas especialmente a Brasil, México, Chile Perú, Colombia y Argentina[23]. Estas inversiones fueron orientadas al sector primario de las economías, en especial a la explotación del recursos naturales no renovables: minería y energéticos. Según otras estimaciones, la región recibió 75.000 millones-

(23) CEPAL, "Cepal destaca inversiones de China en América Latina y el Caribe", en Xinhuawang, http://spanish.News.CN/chinaiber/2011-05/05/c_13859495.htm, consultado el 27 de noviembre de 2011.

de dólares entre 2005 y 2012, cuyo 93% estuvo orientado a Argentina, Brasil, Ecuador y Venezuela[24]. En contraste, según los datos consignados en el informe del ministerio de Comercio de China, el crecimiento de las inversiones chinas en América Latina ha sido constante desde 2008 (ver gráfico N° 2), aunque no existe cambio significativo en las inversiones directas a países,[25] lo cual deja claro que las inversiones señaladas por la CEPAL han sido provistas a través de las Islas Vírgenes, las Islas Caimán, Hong Kong u otros "paraísos fiscales".

Gráfico N° 2. IED de China en el mundo 2004-2010. Comparación entre América Latina y otras regiones



Fuente: Ministerio de Comercio, Buró Nacional de Estadísticas y Administración Nacional de Divisas Extranjeras de la República Popular China, *Boletín Estadístico de Inversiones Extranjeras Directas de China 2010,* versión en idioma chino, Beijing, 2011.
Unidad: millones de dólares.

Cabe destacar que este tipo de inversiones han sido destinadas a países que mantienen el reconocimiento político de la República Popular China, mientras que ocho de los doce estados que reconocen a Taiwán (Belice, Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, Nicaragua, San Cristóbal y Nieves, y Santa Lucía) no han recibido en absoluto este tipo de inversiones[26]. Las excepciones son Panamá, Paraguay, República Dominicana y San Vicente y las Granadinas. De estos cuatro países, Panamá es el mayor receptor de inversiones chinas, destinadas a construcciones en el canal y el establecimiento de la Oficina de Desarrollo Comercial de China (que oficia de quasi-embajada en Panamá), además de las sucursales establecidas por el Banco de Desarrollo

(24) Kevin P. Gallagher, Amos Irwin y Katherine Koleski, *¿Un mejor trato? Análisis comparativo de los préstamos chinos en América Latina,* en Cuadernos del CECHIMEX, Universidad Nacional Autónoma de México, N° 1, México, 2013, p. 6.

(25) Ministerio de Comercio, Buró Nacional de Estadísticas y Administración Nacional de Divisas Extranjeras de la República Popular China, *Boletín Estadístico de Inversiones Extranjeras Directas de China 2010,* versión en idioma chino, Beijing, 2011, p. 40.

(26) Yang Jian Ping, *Estudio sobre las inversiones Extranjeras Directas de China en América Latina,* Instituto de Desarrollo Nacional, Universidad Nacional de Taiwán, en idioma chino, p. 17. En http://www.nd.ntu.edu.tw/2012FAC/files/archive/52_c88e9d9a.pdf Acceso 29 de enero de 2013.

de China y el Banco de China[27]. Paraguay es el segundo receptor de las inversiones chinas. Ambos son los países de América Latina donde existe mayor inestabilidad en las relaciones entre China y Taiwán[28].

La pregunta central entonces es ¿por qué China cambió su política de inversiones hacia América Latina? Algunas de las respuestas que podemos intentar sobre la cuestión pueden ser las siguientes:

A través de los incentivos a la economía local mediante políticas keynesianas, el gobierno de China espera que durante los años de crisis económica mundial, la economía nacional siga creciendo. Al mismo tiempo, China y las otras grandes y medianas potencias compiten por controlar y estabilizar las fuentes de suministros de los recursos estratégicos como petróleo, gas natural o minerales. En estos casos, el gobierno chino estimula a sus empresas a la compra de acciones o invertir en empresas dedicadas a la explotación de recursos no renovables de importancia estratégica;

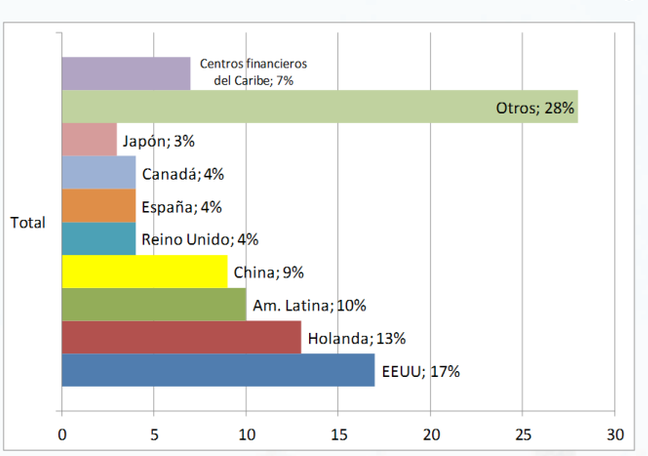
La crisis económica mundial y las necesidades financieras de Estados Unidos y Europa han creado grandes oportunidades para las empresas chinas. Estas empresas chinas compran acciones de empresas extranjeras en diferentes áreas, ayudando a desarrollar los activos de las empresas chinas, quitándose los devaluados dólares de las manos, obteniendo acceso a tecnología y conocimiento, con ampliación de la influencia internacional y el control sobre las empresas extranjeras, así como asegurar una estrategia de doble vía, interna e internacional, ante la tendencia de incertidumbre de la economía china.

Utilizar la crisis económica mundial y la altísima competencia en el mercado interno de China para mejorar las empresas chinas, tanto en el proceso de transformación de empresas nacionales en empresas multinacionales, como en la optimización de su competitividad internacional.

Ahora bien, los niveles crecientes de inversión de China en Latinoamérica y el Caribe han despertado el interés de los gobiernos de la región, aunque todavía las inversiones realizadas son distantes de los volúmenes de países con similar tradición cultural, como Estados Unidos y Europa occidental. Esta es otra de las consecuencias de la desconcentración económica mundial, pues la dependencia de las inversiones norteamericanas y europeas ha sido diversificada con la tendencia creciente de las inversiones chinas en la región.

Gráfico N° 3: Origen de las inversiones en América Latina 2010
Total 112.634.000.000 dólares

Fuente: CEPAL



(27) Idem.
(28) Idem.

Conclusión

En función de lo anteriormente descripto, es dable afirmar que China no ha alcanzado la hegemonía sobre América Latina, pero ha logrado influir política y económicamente de manera creciente. El surgimiento de esta influencia china ha diversificado la estructura de las fuerzas externas a la región, haciendo que los Ministerio de Relaciones Exteriores de los países de América Latina superen la rigidez de la Guerra Fría por un esquema de equilibrios entre Estados Unidos, la Unión Europea y China, facilitando la realización de políticas omnicomprensivas que supera la tradicional fase de políticas unilaterales, características del orden bipolar y el Consenso de Washington.

El mercado y las inversiones chinas pasaron a ser cada vez más importantes para los países de América Latina, debilitando abruptamente la influencia política y económica de Taiwán en la región, aunque la distensión en las relaciones entre Beijing y Taipéi permitió a Taiwán mantener sus relaciones diplomáticas con doce estados latinoamericanos y la interacción comercial con todos los países de la región. En medio de esta controversia, los países de América Latina y el Caribe que quieran expandir las relaciones económicas con China deberán aceptar el "principio de una sola China" y limitar sus relaciones con Taiwán a los planos económico y cultural.

La política económica del gobierno chino trata de controlar y estabilizar los canales de acceso a las materias primas, garantizar la seguridad de los alimentos y la energía necesaria para mantener activo el modelo productivo chino. Los países de América Latina están dispuestos a mantener y aumentar la exportación de materias primas y sus derivados a China. Por lo tanto, la composición actual de los intercambios comerciales conforma el modelo centro–periferia, aunque desde la perspectiva de su posición en la estructura económica internacional, China y Brasil ya pertenecen al modelo centro–centro, así como China y México al esquema centro–semi-periferia.

La competencia y cooperación económicas entre China y América Latina está en estrecha relación con la coexistencia y oposición de intereses entre las modernizaciones de China y los países de América Latina. Además depende de si los gobiernos latinoamericanos aceptan o no participar dentro del esquema productivo chino, admitiendo o rechazando la *primarización* de sus economías. Por eso, al inicio de la segunda década del siglo XXI, las relaciones chino-latinoamericanas probablemente continúen la complementariedad económica en el modelo centro–periferia, pero si algunos gobiernos latinoamericanos siguen progresando en la *desprimarización* de sus economías y superan la nueva división internacional del trabajo propuesta por China como meros proveedores de materias primas, las tensiones comerciales continuarán emergiendo.

Bibliografía

BANCO MUNDIAL, *Datos. Para la clasificación de países,* (Washington: Banco Mundial, 2011) http://data.worldbank.org.CN/about/country-classification

BITTENCOURT, Gustavo (editor), *El impacto de China en América Latina: comercio e inversiones,* Red Mercosur de Investigaciones Económicas, Montevideo, 2012.

CEPAL, "Cepal destaca inversiones de China en América Latina y el Caribe", en Xinhuawang, http://spanish.News.CN/chinaiber/2011-05/05/c_13859495.htm, consultado el 27 de noviembre de 2011.

GALLAGHER Kevin P., IRWIN Amos y KOLESKI Katherine, ¿Un mejor trato? Análisis comparativo de los préstamos chinos en América Latina, en Cuadernos del CECHIMEX, Universidad Nacional Autónoma de México, N° 1, México, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA (INDEC), *Intercambio Comercial Argentino,* INDEC, Buenos Aires, 2010.

KEOHANE Robert O. y NYE Joseph S., *Poder e interdependencia: la política mundial en transición,* Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, 1988.

MINISTERIO DE COMERCIO, BURÓ NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE DIVISAS EXTRANJERAS DE LA REPÚBLICA POPULAR CHINA, *Boletín Estadístico de Inversiones Extranjeras Directas de China 2010,* versión en idioma chino, Beijing, 2011.

OVIEDO Eduardo Daniel, *China en Expansión. La política exterior desde la normalización chino soviética hasta la adhesión a la OMC, 1989-2001* (Córdoba: EDUCC, 2005).

OVIEDO Eduardo Daniel, *Argentina y China: causas de la disputa en torno al aceite de soja,* Estudios de Asia y África, N° 148, El Colegio de México, México, 2012.

OVIEDO, Eduardo Daniel, *Historia de las Relaciones Internacionales entre Argentina y China,* Editorial Dunken, Buenos Aires, 2010.

OVIEDO Eduardo Daniel, *Argentina facing China: modernization, interests and economic relations model,* en East Asia: An International Quarterly, East Asia, An International Quarterly, noviembre 2012, en http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12140-012-9184-1?LI=true

PEREIRA Juan Carlos (coord.), *Diccionario de Relaciones Internacionales y Política Exterior,* Ariel, Barcelona, 2008.

REPÚBLICA POPULAR CHINA, *Documento sobre la Política de China hacia América Latina y el Caribe,* Beijing, 5 de noviembre de 2008, http://www.spanish.xinhuanet.com/spanish/2008-11/05/content_755420.htm

WALLERSTEIN Immanuel, *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century,* University of California Press, Los Ángeles, 2011.

XI Shuguang Xi (comp.), *Gran estructura mundial,* Ed. Sichuan Renmin, Chengdu, junio de 1992.

YANG Jian Ping, *Estudio sobre las inversiones Extranjeras Directas de China en América Latina,* Instituto de Desarrollo Nacional, Universidad Nacional de Taiwán, en idioma chino. En http://www.nd.ntu.edu.tw/2012FAC/files/archive/52_c88e9d9a.pdf Acceso 29 de enero de 2013.

ZHAO Zhongxiu, *Sino-Argentine Trade Relations: From 2000 to 2010,* en Carlos Juan Moneta y Sergio Cesarin (editores), *Tejiendo redes. Estrategia de las empresas transnacionales asiáticas en América Latina,* Eduntref, Buenos Aires, 2012.

A Dragon in Latin Lands

Alfredo Toro Hardy

The Inter-American Development Bank refers to Mexican-type countries and Brazilian-type ones. The former are mainly net commodity importers and highly exposed to trade in goods and services with the United States. The latter are commodity exporters with lower dependence to developed countries in terms of exports of goods and services. The Mexican group includes Central American and Caribbean countries and, of course, Mexico itself. The Brazilian group contains all South American countries plus Cuba in the Caribbean. Within those two groups the first is badly affected while the second benefits.[1]

The Mexico-Brazil distinction refers to two different elements. The first one involves countries that export commodities and hence benefit from the high prices attached to it and countries that export labour intensive manufactures and are harmed by Chinese competition. The second one mirrors, on a Latin American context, Ian Bremmer's categorization between "pivot states" and "shadow states". The former are those that have been able to build profitable relationships with multiple economic partners without becoming overly reliant on any of them, while the latter are those that have tied their economic possibilities almost entirely to a single powerful partner. As a consequence "pivot states" can be more resilient and strong, given the diversity of its options, while "shadow" ones simply follow the fortune of its dominant partner.[2] While South American countries in general with Brazil and Chile in head have diversified their economic partners, Mexico and Central America have become overly reliant to the United States. And even though Mexico has signed numerous free trade agreements, the bulk of its trade, currency remittances and direct foreign investments are related to a single partner: the United States.

Mexico, Dominican Republic and the Central American nations, excluding Panama, were negatively affected not only as net importers of commodities but also as exporters of manufactures to the American market. It has been estimated that between 2009 and 2011 Latin America ceased to export 250 billion US$ to the United States as a result of the latter economic contraction. [3] The hardest hit by this situation were clearly the Mexican-type countries.

On the other hand Brazil and the rest of South American countries not only benefited from its condition of net exporters of commodities but by their wider access to other markets, with particular reference to China. Even if not a South American country Cuba must be added in this group as it is, together with Chile, Brazil, Peru, Venezuela and Argentina, one of the main beneficiaries of this new trade wave with China. Moreover in terms of percentage of its exports to China, Cuba is at the top of the group.[4] So, whenever reference is made to Brazilian-type economies (or to commodities exporters South American nations) Cuba should be understood to be in the group even if not mentioned specifically. But this clear cut distinction between net winners and losers is not straightforward as Brazil and other South American countries do not only export commodities but manufactures as well. So even if the overall economy of such countries bene-

fits from the hike in the price of commodities, their industrial sectors are damaged as a result of the Chinese competition in its export and domestic markets.

Mexican-type economies

Let us begin by the losers. In the United States the imports coming from China grew by 1.600 percent between 1990 and 2005.[5] The most affected Latin American countries were those in the direct line of fire of China: "Today, China is seen as most threatening to countries that rely mainly on labour-intensive manufactures and low wages for their export advantage".[6]

After the massacre caused in the industrial base of the region by the Washington Consensus policies, the so call maquila system took hold in some of their countries. Such system is based in labour intensive assembly lines that depends on foreign technology and supply chain and whose production goes to export markets. This is the case of Mexico, Central American countries and the Dominican Republic. Given the devaluation of Mexico's currency in 1994 and the North American Free Trade Agreement, it made very good sense to locate maquila factories in this neighboring country. On the other hand, the proximity and the special access to the American market that benefited the Caribbean Basin Initiative member countries and, since 2005, the approval of the Dominican Republic and Central America Free Trade Agreement (with the United States), were the reason for investing in maquila factories in those countries.

Countries heavily involved with the maquila system were hit harder than anyone else by Chinese competition: "China has significant comparative advantages in the product categories that are crucial to Mexico and countries in Central America (textiles, apparel, and electronics), in particular because these countries specialize in the labor-intensive parts of the production chain in which China has an important edge comparative". [7] Mexico and Costa Rica outstand in the high-tech exports sector. El Salvador, Nicaragua, Guatemala and the Dominican Republic specialize in the apparel, textile or shoes sectors in which Mexico and Costa Rica are also involved.

High-technology as used in this case is a deceiving concept, though, as we talk of import parts of devices classified as high-tech, that are simply assembled in labour-intensive production facilities, and then exported as final high-tech product. In the case of Mexico more than 95 percent of all high-technology firms are just foreign assembly plants.[8] "Moreover, Mexico remains a low-wage assembly haven for U.S. products and is not showing much of an increase in the sophistication of high-tech exports".[9] According to Kevin P. Gallager and Roberto Porzecanski:

Between 2000 and 2006, 65 percent of Mexico's high-technology exports were under direct threat, amounting to 32 percent of all Mexico's exports. 16.6 percent of Mexico's high-technology exports are under partial threat and represent 8.2 percent of total exports. Combined, 82 percent of Mexico's high-technology exports are under some sort of threat from China, comprising of 40.1 percent of all Mexican exports. In Costa Rica, 93.1 percent of its high-tech exports are under threat, representing almost 30 percent of the country's exports.[10]

Personal computers are a good example of such situation as Mexico's market share in United States imports went from 14 percent to 7 percent between 2001 and 2006, whereas China's share grew from 14 percent to 45 percent during the same period. [11]

In the apparel industry model, countries such as El Salvador, Nicaragua, Guatemala and the Dominican Republic have experienced a significant decline not only in its sales to the United States but also in foreign direct investments. The model which is based on proximity, low wages, tax incentives for export processing zones and special access to the United States, is being challenge to the bones by China. [12]

In 2003 China displaced Mexico as United States' second commercial partner and, according to the Latin American and the Caribbean Economic System, "Mexico and China are rivals in the United States market were both countries are the second and first surplus's trade partners of the United States".[13] The reason why Mexico fell behind was clearly explained in a report prepared by the consulting firm McKinsey & Co at the end of 2003: a worker in a Mexican assembly line earned 1.47 US$ an hour, in comparison with 0.59 US$ for a worker in China. Not surprisingly, between 2000 and December 2003, 850 factories, whose production was directed to the United States, closed down in Mexico.[14] Moreover, not even the geographical proximity has been able to compensate for the difference in costs between Chinese and the so call Mexican-type countries' products.

China's shipping costs per kilogram are much higher than Latin America's. Unfortunately for Latin America, China's *ad valorem* cost (shipment cost per value) is comparable to or even lower than Latin America's, with the weight/value ratio for the goods playing the key role. In the aggregate, goods from China are 10 times lighter per dollar shipped than Central American goods, and 20 times lighter per dollar shipped than South American goods. In other words, any proximity advantage that Latin America enjoys in terms of shipping costs is completely lost as a result of its specializing in heavy, low-value products.[15]

But there is nonetheless a line of defence as Kevin P. Gallager and Roberto Porzecanski point out: "Mexico is losing out in sectors abundant in unskilled labour where value-to-transport costs are cheap. It is holding steady, instead, in assembly sectors such as trucks and autos, where transport costs are more significant and NAFTA's rules of origin serve as local content rules mandating that production stay in North America".[16]

In 2006, 80 percent of all Mexican exports to the United States market (which represents 85 percent of total Mexican exports) were constituted by maquila manufactured products, which are the more affected by China's competition.[17] Conversely, eleven of the twenty products that comprise the most dynamic exports to the United States market are commodities, with oil and its derivatives playing a protagonist role here.[18] Exports from crude oil and its derivatives represent 16 percent of Mexican total exports. [19] In this sense Mexico differs from the Central American countries and from the Dominican Republic and approaches more to South America's export patterns, which is why it has not been as negatively affected as the rest of its group.

Unfortunately for Mexico, though, oil exports may not be there for much longer. The country depends heavily on oil revenues, which provide 30 to 40 percent of the government's fiscal revenues, but oil produc-

tion in Mexico is declining rapidly. According to experts, Mexico could begin importing oil within ten years. [20] "Mexico, the third largest supplier of foreign oil to the United States, could lose the capacity to export crude altogether within a decade...The country's shift from exporter to importer would deal a severe blow to Mexico's federal government, which depends on oil sales for roughly a third of its budget...Production by Pemex, the national oil company, has fallen 25 percent from its peak in 2004, while internal demand has climbed, sharply curtailing the amount of crude available for export".[21] Recent discoveries in the Gulf of Mexico seem, nonetheless, to be challenging these assumptions. The potential of such discoveries has been estimated in a range that goes from 4.000 to 13.000 million barrels. They would have to be added to the 12.352 million barrels of proven, possible and probable reserves (the so call 3 P) that Mexico has today, giving the country a few additional years as an oil exporter.[22]

So, even though oil revenues are a fundamental part of Mexico's economy, the bulk of its exports are represented by manufactures. These are the most affected by China: "Ninety-nine percent of Mexico's manufacturing exports are under threat from China, representing 72 percent of Mexico's entire exports". [23] It would be interesting to add that Mexico has been overflowed in recent years by Chinese products while its exports to China have been modest. In 2010 Chinese exports represented 41.409 million US$ while Mexican exports to China were just 8.396 million US$.[24] In 2011 China represented less than 2 percent of total Mexican exports while 15 percent of its imports came from this Asian country. As a matter of fact, Mexico's trade deficit with China is responsible for an overwhelming majority of Latin America's trade deficit with the latter. Otherwise trade equilibrium between China and Latin American economies would be the case.[25]

It seems thus that Mexico is been negatively affected in many fronts: by the loss of imports from the United States, by the concomitant loss of foreign investments that have been redirected to China and by the loss of parcels of its domestic market to the Chinese competition. Moreover it is also been hurt by the need to import commodities whose prices have experimented important hikes as a result of China's demand. Having had to sacrifice a big share of its agricultural sector, as a trade off for the American Congress to approve the NAFTA agreement, Mexico finds itself in the need to import many food requirements that it once produced. At the end of the day there is just one area where Mexico indirectly benefits from China's emergence: the price of oil. Not surprisingly Mexico's relations with China are currently at its lowest level since they opened diplomatic relations forty years ago. [26]

Some analysts believe, though, that as China's salaries increase the attractiveness of Mexico for American investors will also do so, favouring what has been called as "near-shoring". The important increase in exports and investments in the flat screen or the mobile device sector in Mexico have been mentioned as a good examples in this direction. Nonetheless, according to the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, the advantage of China is not only related to salaries but also to its highly developed and flexible chains of production and clusters as well as to its superb infrastructure.[27] Moreover, as we shall see later on, Asia's chains of productions, posses a tremendous challenge to any Latin American economy wanting to compete in terms of low salaries. Within them the different components of any given product are manufactured where the lowest wages for that particular segment can be found and later assembled were export logistics is better.

There are, nonetheless, two main industrial areas were Mexico is little affected by China: natural resources' processing industries and manufacturing sectors where transport costs from East Asia become relevant (heavy-high-value products). The former includes petrochemical and steel products, cement, beer, spirits or food processing industries, while the latter includes the automotive, airplane or electric power equipment industries, where direct foreign investments in assembly lines is very important. In those sectors foreign investments and manufacturing exports have remained competitive in Mexico.

As for Mexican-type economies' exports to China there is not much to be said. Less than 2 percent of Mexico's exports, as already mentioned, go to that market. For the rest of the countries of that group opportunities there are very small. The only exception is Costa Rica that benefits from having diplomatic relations with China, which is not the case for most of the others that still recognize Taiwan. As a consequence this country is able to export some electronic parts and components to the Asian giant. Nonetheless trade balance between the two of them clearly benefits China whose exports to Costa Rica amounted to 3.107 million US$ in 2010, while the in the opposite direction they only amounted to 688 million US$.[28]

Brazilian-type economies

On the other side of the fence we find the winners from China's sudden appearance from the blue. The convergence between two giants: a commodities consumer and a commodities producer, makes of this relation a very particular one. On the one hand the consumer giant represented by China was responsible in 2011 of the following percentage of world demand:

Iron ore:	47.7%
Coal:	49.9%
Pigs:	46.4%
Steel:	45.4%
Lead:	44.6%
Zinc:	41.3%
Aluminium:	40.6%
Cooper:	38.9%
Eggs:	37.2%

Nickel:	36.3%
Rice:	28.1%
Soybeans:	24.6%
Wheat:	16.6%
Chickens:	15.6%
Oil:	10.3%
Cattle:	9.5%

(Source: "China's Demand, World Commodity Prices and the Australian Economy").[29]

Among the many commodities of which China is the world's largest consumer we can mention cooper, lead, zinc, tin, nickel, aluminium, meat, soy, rice, wheat, tea, rubber, raw wool, cotton, oil seeds and coal, while it is the second larger consumer of oil and corn.[30]

According to the International Energy Agency, in 2035 China will be consuming a fifth of the global energy, which would represent a 75 percent increase in relation to 2008.[31] There is also the need to feed a population of 1.3 billion human beings whose living standards are rapidly escalating. And of course there is a gigantic infrastructure and urbanization development process in course which James Kynge describes as follows:

In China, the urbanization is still an infant. There are approximately 400 million people living in big and small cities at this moment, but by 2050 it is expected this number to rise to 600 or 700 millions to reach a billion or 1.1 billion people. The investment required to accommodate so many people in an urban environment is impossible to calculate precisely, but it is clear that the global demand of steel, aluminium, copper, nickel, iron, oil, gas, carbon and many other raw materials and resources will remain strong as long as urbanization in China reaches its limits.[32]

Between 2002 and 2005 China was responsible for almost all the global growth in the consumption of nickel, as well as 50% of the global growth of cooper and aluminium.[33] In 2004 China became the largest coal consumer in the world and surpassed Japan as the second largest oil consumer after the United States.[34]. Between 2005 and 2011 commodity prices, pushed in large extent by China's consumption, increased in the following percentages: rubber 330.8; cotton 280.8; tin 250.0; sugar 248.0; palm oil 212.7; corn 210.1; cooper 199.7; coconut oil 197.2; soya oil 186.1; wheat 169.7; soybeans 159.7; coffee 149.5; lead 144.0; oil 116.3; tea 103.2, cocoa 98.8; rice 89.2; nickel 69.1; lamb 66.7; beef 31.7; aluminium 30.9. [35]

South America, on the other hand, is a commodity producer giant that express its might in several fields. The first of them is food. As Mariano Turzi explains:

America's economic power, in particular, rested on a secure and steady supply of oil from the Middle East...And countries like Saudi Arabia, Iran and Iraq became important to US foreign policy. An underappreciated parallel is developing in the world's political economy today –but this time, grain replaces oil, China stands in for the United States, and South America plays the Middle East's role. Indeed, as climate constrains and demographic imperatives make food security an ever more critical issue, agricultural resources may become the new linchpin in international relations. In a world where soil trumps oil, South American agricultural producers, with their vast amounts of fertile land and water, might see their geopolitical positions greatly improved.[36]

Since 1990 the productivity of the farming sector in Latin America has grown faster that of the United States and East Asia. Latin America represents 40 percent of global agricultural exports while, according to the General Director of the Inter-American Institute for Agricultural Cooperation, Victor Villalobos, 42 percent of the world's potential for growth in agriculture lies in Latin America.[37] A good example of this is Brazil which ranks number one worldwide in the production of coffee, sugar and orange juice and is number two in soya products.[38] But food in South America is not only agricultural products as the region also tops the world in several animal exports items. In poultry export ranking Brazil occupies the number one global position.[39] The same happens with beef were Brazil is the world's leading exporter, having expanded its national herd 24 per cent and its exports up over 450% in volume and 385% in value since 1994. As for Argentina most sources estimate that its herd volume is around 50 to 55 million heads with exports reaching 720,000 tons in 2006.[40]

Regarding oil, Venezuela's proven oil reserves surpassed those of Saudi Arabia in 2010 when 296.5 billion barrels in reserves where certified.[41] Nonetheless the estimates of those reserves are substantially bigger, doubling those of Saudi Arabia: "Scientist working for the US Geological Survey say Venezuela's Orinoco belt holds twice as much petroleum as previously thought. The geologists estimate the area could yield more than 500bn barrels of crude oil. The USGS team gave a mean estimate of 513bn barrels of 'technically recoverable' oil in the Orinoco belt".[42] It should be added that those are reserves with minimal exploration and geological risk involved. But it is not only Venezuela. According to some experts Brazil's gigantic off-shore oil reserves could reach up to 100 billion barrels of oil. Moreover:

Colombia's oil production is climbing so fast that it is closing on Algeria's and could hit Libya's prewar level in a few years. Exxon Mobil is striking new deals in Argentina, which recently heralded its biggest oil discovery since the 1980s. For the first time in decades, the emerging prize in global energy may be the Americas...As said by Amy Myers Jaffe, associate director of Rice University's Energy Program in Houston 'This should make the world's megasuppliers nervous, since the pendulum has already begun to move in this direction'.[43]

Indeed, the bulk of oil reserves are beginning to shift from the Middle East to the Americas (which include as well the huge Canadian oil sands reserves). As Andrés Cala clearly explains: "So while the US is pre-

occupied with containing Chinese surging ambitions in Asia...the biggest contributors to oil production in the future, are just south of its border".[44] In addition to oil there are also other sources of exportable energy were South America enjoys of a very relevant position. Brazil is the international leader and the largest world exporter of ethanol, while with 7,001 million tonnes it also has the 10th largest coal reserves in the world. Within South America, Colombia follows in world coal reserves with the number 12 position representing 6,672 million tonnes. As for gas proven reserves Venezuela is in the number 9 world position with 178,860 billion cubic feet. [45]

As for mining, few regions can compete with South America. Chile is the number one cooper producer in the world while Peru is the number three. At the same time the latter is the world's largest producer of silver, the second of zinc, the fourth of lead and the sixth of gold. Brazil, on its part, ranks third of the world in the production of iron ore, manganese, aluminium and ferroalloys, fourth in tin, sixth in gold, eight in steel and represents 92.4 percent of the world's production of columbium. Cuba ranks sixth in the world in nickel production and accounts for 8 percent of the global cobalt production. And so on.[46] This gathering of the commodities giants (consumer and producer) is proving to be of fundamental importance for both parties.

Since 2004 China exceeded the United States as the largest world consumer of grain and meat, with a demand of 382 million tons of grain and 64 million tons of meat.[47] In just one decade, China turned into the largest soybean importer in the world, consuming 35 million tons a year and since 2006 Brazil became China's first international provider of soybean, exceeding 10 million tons of annual exports to that market.[48] Brazil and Argentina together represent 45 percent of the global exports of soy. Not surprisingly Brazil and Argentina exports to China where multiplied by ten. At the same time those two countries account for 20 percent of the Chinese import of meat, while Peru fulfils 45 percent of China's animal food consumption.[49]

In relation to oil, Thomas L. Friedman says: "If current trends hold, China will go from importing 7 million barrels of oil today to 14 million a day by 2012. For the world to accommodate that increase it would have to find another Saudi Arabia".[50] As seen, Venezuela, Brazil and the other South American producers will be in position to provide such additional oil with Venezuela alone probably duplicating Saudi Arabia's reserves.

Not surprisingly between 1999 and 2003 Brazilian exports to China grew 525 percent while the export percentage for the rest of the world was 52 percent. While in 2000 Brazil exported 1,000 US$ million to China in 2010 it exported 30,785 US$ million. Of such amount 83.7 percent corresponded to commodities.[51] As for total Latin American exports in 2010, those directed to China grew 51 percent which doubles the average of the regional exports grow that year.[52]

In conclusion and as well known Spanish scholar Xulio Rios clearly points out: "Beijing requires huge amounts of natural resources to nurture its amazing growth rates. It cannot pass over the fact that Latin America possesses 15 percent of the world oil reserves, 25 percent of the world agricultural lands, 30 percent the world water and 40 percent of the world gold and cooper reserves".[53]

Given its low per capita income, China has much to catch up with. This country will surpass in size America's GDP when its per capita income becomes a quarter of that of the United States. Hereafter its population dimension would allow China several additional decades of sustained economic growth at high rates. According to many economists, this guaranties an expansive cycle for Latin American commodities similar to the one that took place at the end of the XIX Century and beginning of the XX Century. A cycle supported by structural conditions and, therefore, likely to continue for a sustained period: "…the connection with China for many of the Latin American countries has been dominated by the complementarities between the region's natural resource abundance and China's commodity-intensive growth pattern. The connection to China has thus raised expectations that Latin American countries may achieve…high long-term growth in the future". [54]

And, of course, it is not just China's direct demand of Latin American commodities which is relevant but also the fact that the international prices of such commodities have been boosted by China's demand. It has been argued that in 2006 just ten sectors in six countries comprised 91 percent of all Latin American exports to China.[55] Since then Latin American commodities exports to China have expanded significantly, but even if that were still the case it would not matter much in as long as the prices of commodities were in the rise thanks to that country.

For the Latin American group of commodities exporters to China, this nation is also becoming a source of investment with enormous potential. This reached new momentum in March 9, 2007, when the Chinese government announced the creation of a special agency, the China Investment Corporation, with the intention of investing abroad an important part of its international reserves whose amount had already reached 2.45 trillion US$ in 2010. "Analysts say that the agency could assign hundreds of billions of dollars to acquire strategic assets around the world, particularly in developing countries of Africa and Latin America. 'They are not looking for financial assets, but for assets of energy, minerals and natural resources, things that China desperately needs', pointed out J. Ulrich of J.P. Morgan".[56]

1 **Alejandro Izquierdo and Ernesto Talvi, coord., *One Region, Two Speeds?,* (Washington D.C.: Inter-American Development Bank, March 2011).**

2 ***Every Nation for Itself: Winners and losers in a G-Zero World* (New York: Portfolio, 2012).**

3 **Secretaría Permanente del Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe, "Relaciones Económicas de Estados Unidos con los Países de América Latina y el Caribe en Época de Transición", Caracas (Mayo, 2012).**

4 **CEPAL, *La República popular China y América Latina y el Caribe: Diálogo y Cooperación ante los Nuevos Desafíos de la Economía Mundial*.**

5 ***Newsweek*, 9 May, 2005.**

6 **Inter-American Development, *The Emergence of China: Opportunities and Challenges for Latin America and the Caribbean* (Washington D.C.: March 2005), p. 69.**

7 **Ibid., p. 96.**

8 **Kevin P. Gallager and Roberto Porzecanski, Op. Cit..**

9 **Ibid., p. 81.**

10 **Ibid., p. 68.**

11 **Enrique Dussel Peters, "The Mexico-China Economic Relationship in Electronics: A Case Study of the PC Industry in Jalisco", in *The Impact of China's Global Economic Expansion on Latin America*, edited by Rhys Jenkins (Norwich: University of East Anglia Press, 2008).**

12 **Inter-American Development Bank, Op. Cit..**

13 **Sistema Económico Latinoamericano, "Las relaciones entre China y América Latina y el Caribe en la actual coyuntura económica mundial" (Caracas, septiembre, 2012), p. 4.**

14 "Mexico: Was NAFTA worth it?", ***BusinessWeek,* 22 December, 2003.**

15 **Inter-American Development Bank, Op. Cit., p. 77.**

16 **Op. Cit., p. 93.**

17 **Juan Miguel González Peña, Op. Cit..**

18 **Kevin P. Gallager and Roberto Porzecanski, Op. Cit.**

19 **Mejía Reyes Pablo y Carbajal Suárez Yolanda, "Comportamiento de las exportaciones mexicanas ante la desaceleración estadounidense", *Revista Trimestral de Coyuntura Económica*, México D.F., (Julio-Septiembre 2008).**

20 **M. Angeles Villarreal, "The Mexican Economy after the Global Financial Crisis", Congressional Research Service, Washington D.C. (9 September, 2010).**

21 **John Collins Rudolf, "Mexico oil exports could end within a decade", *New York Times*, April 29, 2011.**

22 **EFE, "Hallazgo de pozo petrolero confirma 'enorme" potencial en el Golfo de México", 5 de octubre, 2012.**

23 **Kevin P. Gallager and Roberto Porzecanski, Op. Cit., 51.**

24 **Juan Miguel González Peña, Op. Cit..**

25 **CEPAL, *La República popular China y América Latina y el Caribe: Diálogo y Cooperación ante los Nuevos Desafíos de la Economía Mundial*.**

26 **Sistema Económico Latinoamericano, "Las relaciones entre China y América Latina y el Caribe en la actual coyuntura económica mundial", Op. Cit.**

27 **Idem.**

28 **Sistema Económico Latinoamericano, "Las relaciones entre China y América Latina y el Caribe en la actual coyuntura económica mundial", Op. Cit.**

29 ***Connect the Dots*, 4 July, 2011, <http://ctdtoday.com/2011/07/04/chinas-demand-world-commodity-prices-and-the-australian-economy/>.**

30 **The Economist, *Pocket World in Figures: 2012 Edition* (London: Profile Books Ltd., 2012).**

31 **Niall Ferguson, "El Reino del Centro vuelve al foco del escenario", *Vanguardia Dossier*, No. 42 (Marzo 2012); CEPAL, *La República popular China y América Latina y el Caribe: Diálogo y Cooperación ante los Nuevos Desafíos de la Economía Mundial***

32 ***China Shakes the World* (London: Phoenix, 2006), p. 29.**

33 **Bernardo Kosacoff and Sebastián Campanario, Op. Cit..**

34 **Juan Miguel González Peña, Op. Cit.**

35 **The Economist, Op. Cit.**

36 "Grown in the Cone: South America's Soybean Boom", ***Current History*, Vol. 111, No. 742 (February 2012), p. 50.**

37 **Sunny George Verghese, "The Latin America-Asia Partnership", Latin Asia Business Forum 2012, Singapore, 3 October, 2012;** "Latinoamérica reúne el 42% del potencial de expansión agraria", Agencia EFE, 2 de junio, 2012.

38 "It's only natural", **Special Report: Latin America, *The Economist*, 11 September, 2010.**

39 **Luiz Sesti, "Brazilian broiler production", <http://www.polutrymed.com/Poultry/SendFile.aspDBID=1&LNGDID=1>.**

40 **Carlos Steiger, "Moder beef production in Brazil and Argentina", *Choices: The Magazine of Food, Farm and Resources Issues* (Second Quarter 2006).**

41 **Benoit Faucon, "Venezuela's oil reserves topped Saudis in 2010", *The Wall Street Journal*, 18 July, 2011.**

42 "Venezuela oil may double Saudis", ***BBC News*, 23 January, 2010, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8476395.stm>.**

43 **Simon Romero, "The Americas regain the title of oil titans", *International Herald Tribune*, 21 September, 2011.**

44 "Should the US worry about China's Latin American inroads?", ***Energy Tribune*, 31 October, 2011.**

45 **Fabiana Frayssinet, "Biocombustibles luego de la euforia", *IPS*, 12 de febrero, 2012; World Energy Council, *2010 Survey of Energy Resources* (London: 2010);** "Countries with the largest coal proven reserves", aneki.com: rankings and records; "World's top 22 natural gas proven reserves holders", ***Petroleum Insights*, 1 January, 2011, <http://petroleuminsights.com/2011/03/worlds-top-22-natural-gas-proven.html>**

46 **Leia Michele Toovey "Cooper mining in Chile", *Cooper Investing News*, 3 February, 2011; Leia Michele Toovey, "Cooper mining in Peru", 13 February, 2012; "Brazil mining and industry", *Zimbio*, 14 November 2011; *MBendi Information Services*, 22 November, 2011.**

47 **Juan Miguel González Peña, Op. Cit.**

48 ***International Herald Tribune*, 6 April, 2007.**

49 **Bernardo Kosacoff and Sebastian Campanario, Op.Cit.**

50 ***The World is Flat* London (London: Penguin Books, 2006), p. 500).**

51 **Juan Miguel González Peña, Op. Cit.**

52 **Julio A. Díaz Vásquez, "China-Latinoamérica: relaciones económicas 2010", *Jiexi Zhonguuo: Análisis y Pensamiento Iberoamérican sobre China*, Número 2 (Primer Trimestre 2012), pp. 16-22.**

53 "Crédito y descrédito en América Latina", ***Jiexi Zhonguuo: Análisis y Pensamiento Iberoamérican sobre China*, Ibid., p. 23.**

54 **World Bank, Op. Cit., p. 43.**

55 **Kevin P. Gallager and Roberto Porzecanski, Op. Cit.**

56 **Jim Yardley and David Barboza, "China acts to become a huge global investor", International *Herald Tribune*, 10 March, 2007.**

Xi Jinping: acortando distancias gracias al “sueño chino”

Víctor Alejandro Godoy⋆

Xi Jinping, el nuevo líder de la política china, quien subió al poder el 14 de marzo de 2013, convirtiéndose en el nuevo Presidente de la República Popular China, ha querido cambiar el modelo geopolítico de su antecesor Hu Jintao. Quiere transmitir una sensación de la sabiduría y la visión más allá de lo normal en una nueva frase corta, de fácil recordación: “sueño chino”, lema del Sr. Xi. Cambiando completamente la noción de gobierno, dando un importante giro en las frases de gobierno que mostraron sus antecesores, desde el “concepto científico de desarrollo “ de Hu Jintao, y la “triple representatividad” de Jiang Zemin. En consecuencia, desde este nuevo juego de palabras, cabe explorar la nueva relación que tendrá Xi Jinping con su pueblo y con las demás naciones.

Como Secretario General del Partido, Xi Jinping es el líder de la política china, la cual está fundamentada en tres ejes principales: que son el partido, el ejército y el Estado. En consecuencia, Xi es el “hombre fuerte”, que funge también como Secretario General del Partido Comunista y Presidente de la Comisión Militar Central.(1) El Sr. Xi, que lidera la segunda potencia mundial, fue Vicepresidente durante el Gobierno de su antecesor, Hu Jintao, y desde hace cinco años, en los círculos más cerrados del poder, se sabía que se convertiría en el nuevo heredero.

Las nuevas dinámicas del gobierno de Xi, donde el “sueño chino” como lema busca ganarse la simpatía de la población, que aún se encuentra escéptica sobre el carisma del nuevo líder, y busca hacerle frente al despilfarro del gobierno y la alta corrupción que afecta al país. Ahora, es importante preguntarse de donde viene la frase “sueño chino”. Curiosamente, la primera vez que se habló de la posible nueva política de China fue en el diario New York Times, en octubre del 2012, cuando el columnista Thomas Friedman, se refirió a que el gobierno de Xi Jinping, buscaría que “China encontrara su propio sueño”, ya que la nueva clase media emergente, busca una prosperidad similar a la de los años 50 en Estados Unidos con el famoso “sueño americano”, y en este caso, en China, todos los ciudadanos tengan "un gran coche, una casa grande y Big Macs para todos", entonces se necesitaría "otro planeta". En su lugar, instó al Sr. Xi para llegar a "un nuevo sueño chino que case con las expectativas de la prosperidad de las personas en concordancia con una China más sostenible.

Según Xinhua, la agencia de noticias del gobierno, el sueño chino “se convirtió pronto en un tema candente entre los comentaristas en el hogar y en el extranjero”. Cuando el Sr. Xi comenzó a utilizar la frase, Globe, una revista publicada por Xinhua, en una columna escrita por Zhang Ming, de la Universidad Ren-

(1) ⋆Docente Investigador Facultad de Negocios Internacionales, Universidad Santo Tomás, Especialista en geopolítica asiática, Bogotá, Colombia. victorgodoy@usantotomas.edu.co El analista chino Zhang Lifan, afirma que Xi Jinping conoce mejor el sistema que su antecesor. En: http://www.prensalibre.cr/lpl/nacional/83955-xi-jinping-heredero-del-poder-tripartito-chino.html

min, manifestó que el Sr. Xi "puede haber usado deliberadamente el término como una forma de mejorar el diálogo con los Estados Unidos, donde sería fácilmente comprensible. Sr. Xi había visto el sueño americano de cerca, después de haber pasado un par de semanas en el año 1985 en una familia rural en Iowa".



Cantidad de veces que se ha mencionado la noción de "sueño chino" en periódicos anglosajones.(2)

Este gran reto de la nueva visión de la política del nuevo gobierno, busca acercar a los nacionalistas, que conforman un importante número de potenciales votantes y que establecerían una esperanza de una China con cierta apertura democrática y donde el discurso se ha visto alineado a mejorar los indicadores ambientales en un país que quiere dejar de ser conocido como la "fábrica del mundo" y desea pasar a un nuevo estado de desarrollo donde la innovación y el consumo interno sean fuertes motores de su continuo desarrollo. En su primer viaje al extranjero como presidente, cuya visita fue a Rusia, Xi estableció que el cumplimiento del sueño de China beneficiaría a todos los países. Sin embargo, en la geopolítica asiática este sueño se ve empañado por las tensiones con Japón, Vietnam y Filipinas sobre las reivindicaciones territoriales marítimas.

Tangencialmente, cuando el presidente Xi evoca el sueño americano con su lenguaje, puede estar tratando de tranquilizar a una nueva clase media del país, un electorado que podría presentar un desafío poderoso al gobierno del partido si agudiza su descontento. El actual gobierno enfrentará dificultades para vender la idea de que China puede ser "rico y fuerte" sin dejar de ser un Estado de partido único. De acuerdo con Zhang Qianfan, un jurista liberal en la Universidad de Pekín, "más de tres cuartas partes de la población, busca asociar el sueño chino con un sueño del constitucionalismo". Como respuesta, Jinping habla de la importancia de la constitución, pero no ha mencionado la figura del "constitucionalismo", y ha evitado el uso de la palabra "libre" cuando habla del "sueño chino". Pero hablar del sueño del Sr. Xi siempre correrá el riesgo de agudizar el apetito para el cambio. Hace un par de semanas, más de 150 personas, muchos de ellos académicos prominentes, han firmado una petición para la plena aplicación de la Constitución que se lanzó en diciembre pasado.

(2) Fuente:www.economist.com/news/briefing/21577063-chinas-new-leader-has-been-quick-consolidate-his-power-what-does-he-now-want-his

Un nuevo horizonte: estrechando las relaciones con el continente americano

Con una importante gira por América, el presidente Xi Jinping dejó claro el cambio de estrategia en su política, estrechando vínculos a nivel mundial, en este caso, se desarrolló la visita desde el 31 de3 mayo, hasta el 8 de junio, visitando tres países de América Latina y terminando su recorrido en Estados Unidos. La presencia de Xi Jinping en Latinoamérica, es una jugada maestra. Latinoamérica ha sido llamada por varias décadas como el "patio trasero de los Estados Unidos", por lo tanto, su aterrizaje en la región, hace parte del "sueño chino" de integrar la geopolítica China con otros continentes, para acercarse como verdaderos hermanos.

El primer país visitado por el mandatario fue Trinidad y Tobago, donde al ritmo de calypso, ritmo tropical autóctono, China mejoró aún más el estado de ánimo con la gran promesa de otorgar más de $ 3 mil millones de dólares en créditos blandos a los ocho jefes caribeños de gobierno que pedían reunirse con el Sr. Xi. Por su parte, Joe Biden, Vicepresidente de Estados Unidos, se fue con el oído lleno de quejas de que Estados Unidos ya no se preocupaba por la región.

Antes de su reunión prevista con Obama en el sur de California, la elección de los destinos del Sr. Xi, hizo que muchos analistas internacionales vieran como una "potencial advertencia" intrigante a Estados Unidos, posiblemente en respuesta a que el presidente Obama ha cortejado a países de la órbita de China, como Myanmar. En este viaje, el primero en América Latina como presidente, el Sr. Xi no visitó Brasil, su mayor socio comercial de la región, ni a sus aliados ideológicos Cuba y Venezuela. En su lugar, optó por dos socios de libre comercio de América, uno de los cuales, México, está tan estrechamente ligado a su vecino del norte que vende a los Estados Unidos en ocho días, lo que vende a China en un año.

Sin embargo, Costa Rica y México no son los exportadores de materias primas que China ha privilegiado en sus relaciones con Latinoamérica. México, en particular, es un rival en la fabricación de bajo coste, aumentando la posibilidad de que China, con sus salarios crecientes y su distancia de los Estados Unidos, perjudique su competitividad, pero en este momento, China está buscando plataformas de exportación que se dirigen a Estados Unidos.

Hay grandes obstáculos que superar, sin embargo. La primera es que los dos países no se ponen de acuerdo en el tamaño del desequilibrio comercial. Muchas de las exportaciones chinas a México, se mueven indirectamente a través de América, por lo que China no cuenta con ellos, dice Sergio Ley, ex embajador de México en Beijing.

Enrique Peña da la bienvenida a Xi Jiping(3)

Un segundo problema es el sector privado mexicano que cree que el comercio se encuentra injustamente a favor de China, por lo que mantiene sus ojos fijos en el mercado americano. Aunque el presidente de Chi-

(3) **Fuente:** http://www.economist.com/news/china/21579062-chinese-leader-tries-smooth-move-americas-backyard-pivot-twirl

na, Xi Jinping, regresó a casa el domingo 9 de junio, los expertos políticos de todo el mundo todavía están tratando de descifrar el significado de su cumbre informal sin precedentes con el presidente de EE.UU. Barack Obama durante el fin de semana.

Finalmente, durante la cumbre de dos días, que tuvo lugar en la pintoresca finca Sunnylands en California, los dos líderes pasaron más de ocho horas juntos, hablando con la profundidad y amplitud extraordinaria sobre cuestiones bilaterales, regionales y globales de interés común.

El encuentro, sin precedentes en China y Estados Unidos, da una luz de esperanza ante la incógnita global de los tiempos que corren en materia política y económica. El mundo ha sufrido mucho dolor en los enfrentamientos aparentemente condenados y guerras entre las potencias existentes y emergentes. Ya es hora de que el círculo vicioso se rompa. En consecuencia, Pekín y Washington comparten una visión de un nuevo modelo de las grandes relaciones de poder, que servirá como un faro para guiar el desarrollo de las relaciones bilaterales, beneficiando indirectamente a un número importante de naciones.

En conclusión, el gobierno chino ha prometido una reestructuración a gran escala del gobierno en el futuro cercano, en un esfuerzo para crear una versión más pequeña, más barata y más eficiente de la enorme burocracia que ha cosechado tantas quejas de los ciudadanos promedio en los últimos años. En consecuencia, aunque apenas comienza la implementación del nuevo gobierno de Xi Jinping, si desea realmente que su “sueño chino” no se convierta en una amarga pesadilla, debe actuar con mucha cautela y tacto, para evitar fenómenos de descontento que puedan agudizar traumáticos cambios que inciten una potencial “primavera china”. Por otra parte, la confianza ya no es una barrera. Dado el rápido ritmo de la globalización económica y la creciente necesidad de los actores mundiales, China y Estados Unidos deben y pueden evitar la denominada tragedia de la política fracturada entre las dos grandes superpotencias y pueden abrir un nuevo camino en las relaciones internacionales.

解析中国

Jiexi Zhongguo



伊比利亚美洲 对中国的分析与思考

Análisis y Pensamiento Iberoamericano sobre China

中国

Observatorio de la

Política China